

**Projeto: Construindo um Judiciário Responsivo: Projeto CAPES (CNJ)**

**Entrevistado: Tício Lins e Silva**

**Entrevistadores: Christiane Jalles e Tânia Rangel**

**Data da entrevista: 20 de julho de 2012**

**Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil**

**Transcrição: Maria Izabel Cruz Bitar**

**Conferência de fidelidade: Izabel Nuñez**

**Revisão: Maria Elisa Rodrigues Moreira**

**Tânia Rangel** - Dr. Tício, antes de tudo, gostaríamos de agradecer sua presença e sua participação na entrevista. Começamos essa primeira parte falando um pouco de você: seu nome, data de nascimento, filiação, enfim, falando um pouco do seu histórico.

**Tício Lins** - Claro, com o maior prazer. Até me ocorreu uma brincadeira desde já: o manual da aeromoça. No primeiro voo, ela, nervosa, pega o microfone e diz: “Senhoras e senhores, senhores passageiros, bom dia, boa tarde, boa noite, conforme o caso” [risos] Então, como essa gravação é para sempre, vale a brincadeira. Eu sou advogado de formação, de militância e por convicção desde sempre. Formei-me em 1968. Entrei na faculdade com a ditadura, em 1964, apanhando, e saí, em 1968, proibido de ter formatura, porque a polícia fechou o Teatro Municipal, onde seria a solenidade de formatura. Então, apanhando na saída. E toda a minha formação profissional foi nos anos da ditadura, advogando na Justiça Militar, enfrentando. Então, essa é a minha formação.

**Tânia Rangel** - E o senhor nasceu aqui na cidade do Rio de Janeiro?

**Tício Lins** - Nasci no Rio de Janeiro.

**Christiane Jalles** - Quando?

**Tício Lins** - Em 1900 e antigamente. Em 1945, na Casa de Saúde São José, em Botafogo, e com dois dias de nascido fui para a Urca, para o território livre da Urca, no Rio de Janeiro, onde fui criado desde os primeiros dias de vida até hoje, onde moro até hoje.

**Christiane Jalles** - Quem são seus pais?

**Tício Lins** - Meu pai era um advogado criminal fantástico, que me ensinou tudo.

**Christiane Jalles** - Seu nome?

**Técio Lins** - Raul Lins e Silva Filho, que era filho... Meu avô era um juiz que tinha o nome dele. Ele tinha o nome do pai. Raul Lins e Silva Filho. Meu avô foi juiz municipal em Pernambuco, tinha 13 filhos, não ganhava... a magistratura não pagava para sustentar 13 filhos e então ele largou a magistratura, pegou um Ita no Norte, trouxe os filhos para o Rio de Janeiro, para ser funcionário do Banco do Brasil, que era um dos grandes empregos da República, e ele pôde criar, com muita dificuldade, os seus 13 filhos. Como ele tinha formação de magistrado, de juiz, jurídica, ele tinha sido juiz, dos 13 filhos, oito são bacharéis, se formaram em Direito. Minha mãe é Lavínia Lins e Silva, também já falecida. Ambos falecidos. Meu pai morreu com 54 anos...

**Christiane Jalles** - Nossa! Muito novo.

**Técio Lins** - ...na mesa de operações, por uma barbearagem, por um erro médico, por uma má prática médica, numa cirurgia equivocada do coração. Foi de avião para São Paulo se operar e voltou no caixão...

**Christiane Jalles** - Ai, que triste!

**Técio Lins** - ...com 54 anos de idade. Eu estava no quinto ano da faculdade e tive que antecipar, tive que amadurecer rápido: assumi o escritório e comecei a advogar antes de formado. Eu estreei no Superior Tribunal Militar em maio de 1968, defendendo um *habeas corpus* com 22 impetrantes, 22 pacientes, que meu pai havia impetrado, para homenageá-lo, ainda com 21 ou 22 anos, sei lá... com 22 anos. E não parei mais. Fiquei advogando, assumi o escritório, a clientela, e me dediquei muito a essa advocacia da liberdade, a essa advocacia cívica, a essa advocacia contra os perseguidos, em defesa dos direitos humanos, em defesa da democracia, na reconstrução... contra a ditadura, pela reconstrução da democracia, e fiz isso a vida toda, o que me levou a também ter uma atividade corporativa: na Ordem dos Advogados<sup>1</sup>, fui conselheiro do Rio [de Janeiro]...

**Christiane Jalles** - O senhor começa em 1975? É isso?

**Técio Lins** - Em 1975, na fusão, no primeiro Conselho do novo estado do Rio de Janeiro, em 1975. Assumi a vaga de um conselheiro que morreu, logo nos primeiros meses da gestão... da Ordem... da fusão da Ordem do antigo estado do Rio com a Ordem...

---

<sup>1</sup> Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

**Tânia Rangel** - Ordem da Guanabara.

**Técio Lins** - ...a Ordem do antigo estado da Guanabara, que era o Gelson Fonseca. Ele presidia a Ordem e faleceu, abriu uma vaga e fui eleito então para esse Conselho. Eu tinha 30 anos, no início... Ou 29 anos, ainda. Acho que foi antes do meu aniversário, que faço em junho. E era muito moço. Naquele tempo, era inviável... 30 anos de idade, ser conselheiro federal... A Ordem tinha uma estrutura muito mais tradicional, muito mais conservadora.

**Christiane Jalles** - Era isso que eu ia perguntar, como foi a sua eleição, foi tranquila?

**Técio Lins** - Foi, foi muito... É preciso registrar isso. Naqueles tempos... Em 1975, os conselheiros da Ordem eram os velhos advogados, eram os advogados mais antigos. O Conselho Federal da Ordem funcionava no Rio de Janeiro e a representação dos estados era feita por advogados do Rio de Janeiro, os grandes advogados, os grandes nomes da advocacia. E o Conselho Federal ficou aqui até... além de 1973, porque ninguém queria ir para Brasília. Brasília foi em 1960, e o Conselho Federal não foi. Então, estabeleceu-se que o Conselho Federal iria para Brasília quando o último Tribunal Superior fosse para Brasília. E o Tribunal Militar foi o que mais resistiu. O Tribunal Militar ficou no Rio de Janeiro, o Superior Tribunal Militar, até 1972, dezembro de 1972, quando se transferiu para Brasília, e foi então inaugurado em Brasília em fevereiro de 1973. Tive a honra, ainda muito menino, de ser chamado, de ser convidado pelo presidente do Tribunal – na época era o almirante de esquadra Waldemar de Figueiredo Costa –, que me chamou e disse: “Quero abrir a sessão com um advogado militante na Justiça Militar fazendo a saudação, porque o Tribunal existe para os jurisdicionados e, portanto, o advogado é quem melhor os representa”. Eu era um garoto. E fui para lá. Não tinha *habeas corpus*. Ditadura. Isso foi em 1973, era uma ditadura horrorosa. Os militares sentados...

**Christiane Jalles** - O período mais fechado.

**Técio Lins** - Um período duríssimo.

**Christiane Jalles** - Muito duro.

**Técio Lins** - E fui para a tribuna e fiz um discurso... enfim, educado, jeitoso, elogioso da corte, mas fazendo uma intriga: pedindo a volta do *habeas corpus* e dizendo que era inaceitável que aquele Tribunal, com aquela compostura, com aquela... composto dos melhores militares das Forças

Armadas, não tivesse a confiança do governo para julgar os *habeas corpus*. Era um desrespeito à corte. Então, um pouco invertendo... Os militares se viraram para me olhar na tribuna. Enfim, fiz a minha parte, colocando o meu grão de areia nessa luta, nessa construção contra a ditadura... E demorou, não é? Só veio em 1985. Mas, enfim, em 1975...

**Christiane Jalles** - Mas seu nome então à OAB foi por isso?

**Técio Lins** - Não, não, enfim, porque...

**Christiane Jalles** - Isso que eu falo é o conjunto da obra: pela sua militância, a sua defesa.

**Técio Lins** - Porque eu era um advogado muito ativo, então...

**Tânia Rangel** - O senhor também participou do CACO<sup>2</sup>, o Centro Acadêmico da UFRJ<sup>3</sup>.

**Técio Lins** - Fui, também, vice-presidente do CACO. Quer dizer, não cumpri o mandato, porque fomos suspensos, o CACO foi fechado e fui proibido de entrar na faculdade, eu e um monte de gente. Fiz provas, duas provas parciais, de meio de ano e fim de ano – na época era seriado, não era por semestre –, fiz com liminar de mandado de segurança, dado por um grande juiz, Miranda Rosa, que era juiz de Vara de Fazenda Pública, e nos deu a liminar. Mas me lembro, quando assumi, como conselheiro da Ordem, na posse, todos os discursos eram enaltecendo... “O jovem”, “o jovem”, aquela coisa, “o jovem”, foi o que enfrentei no início da minha profissão. Aquela coisa: “Que tal o advogado?” “O dr. Técio? Conheço. Jovem, mas é bom, tem futuro.” É uma maneira de... Jovem. O “jovem” é um carinho para dizer que não é confiável. Mas está sendo elogioso: “Terá um futuro brilhante”. Ou seja, o presente é incerto e duvidoso. Isso, é claro que enfrentei, nessa natural emulação profissional. E me lembro que os discursos eram todos assim: “O jovem...” “O jovem...”. Aquilo me irritou. Eu falei: “Mas que coisa!”. “Vamos saudar aqui o jovem conselheiro.” Eu era o mais jovem. Eu era disparado o mais moço do Conselho. E usei isso muito. Hoje não tem mais graça, mas na época fez um sucesso danado, porque usei aquela frase que se atribui ao Disraeli, Benjamin Disraeli, primeiro-ministro da Coroa britânica. Chamado pela rainha Elizabeth para ser apresentado, ele, muito moço, devia ter lá seus 30 anos, atribui-se a ele... Porque ela disse: “Mas o senhor é muito jovem!”. E ele disse: “Sua Majestade, esse defeito, o tempo corrige”. E usei essa brincadeira, agradecendo, mas anunciando que este meu defeito, que estava

---

<sup>2</sup> Centro Acadêmico Cândido de Oliveira.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro.

sendo tão enaltecido, o tempo corrigiria. Aliás, corrigiu numa velocidade que eu não esperava, porque parece que foi ontem. E daí fui conselheiro federal, representei o Mato Grosso, imagina, no Rio de Janeiro.

**Christiane Jalles** - Ah, é?!

**Técio Lins** - É, Mato Grosso. Eu era o conselheiro representante do Mato Grosso. O que eu tinha com Mato Grosso? Nada. Absolutamente nada. Mas enfim, alguém lá... “Tem uma vaga aqui no Conselho de Mato Grosso”, e falaram com o presidente da Ordem e fui indicado. O [Heráclito Fontoura] Sobral Pinto era de um desses estados do Norte; meu tio, Evandro [Cavalcanti] Lins e Silva, foi conselheiro federal pelo Piauí, no Rio [de Janeiro]... Eu me lembro, os grandes advogados eram todos do Rio. Por quê? Porque as seccionais não bancavam, não davam a passagem. Então, São Paulo, que era uma seccional rica, eram todos de São Paulo. Eles vinham para a sessão, três conselheiros paulistas. O Espírito Santo, que é aqui do lado, tinha um conselheiro rico que pagava a sua própria passagem, então, tinha um que era de lá, e os outros eram daqui; o Paraná mandava um... O Heleno [Cláudio] Fragoso foi, por exemplo... Ele não tem nada a ver com o Paraná, nada, e foi representante da Ordem do Paraná no Conselho Federal. E assim... O Rio Grande do Sul mandava um, que, possivelmente, vinha por sua conta, pagava a sua própria passagem. Então, era desse jeito. Até maio de 1973. O Superior Tribunal Militar foi para Brasília, aí o Conselho Federal mudou-se para Brasília. E hoje, pela lei, o conselheiro tem que ser inscrito na seccional que ele representa, mas hoje o Conselho Federal paga a passagem e a estada de todos os conselheiros que vêm dos estados. Quem não mora em Brasília tem passagem, casa e comida assegurados para a sessão do Conselho. E fui conselheiro federal, depois, pelo Rio de Janeiro. E eu estava no Conselho Federal representando o Rio de Janeiro quando se abriu, quando terminava a primeira composição do CNJ<sup>4</sup>. Não sei se entramos nisso já.

**Tânia Rangel** - Antes, ainda nessa sua primeira participação como conselheiro da OAB, em 1975... Foi no mesmo período em que foi feita uma emenda constitucional criando o Conselho Nacional da Magistratura, que era composto só por ministros do Supremo. Nesse momento, a OAB chega a participar de alguma forma desse Conselho?

**Técio Lins** - Não.

**Tânia Rangel** - Ela não era consultada nem nada?

---

<sup>4</sup> Conselho Nacional de Justiça.

**Técio Lins** - Não. A Ordem teve um papel... Enfim, a Ordem teve um papel importante, historicamente. Não é, absolutamente, linear, porque houve alguns momentos em que ela não foi tão reativa, não foi tão oposição, não se opôs tão vigorosamente ao *status quo*, à ditadura, a momentos mais duros. Ela teve...

**Christiane Jalles** - Oscilou.

**Técio Lins** - Há um magnífico livro sobre a história da Ordem – são três volumes –, do professor Aurélio Wander [Chaves] Bastos, é um livro fabuloso, uma pesquisa surpreendente. Meu Deus! Que capacidade de... É um documento, para a história da Ordem e do país, fabuloso, porque são três volumes, com várias fases, e isso fica muito claro, os momentos em que a Ordem teve algumas vacilações. É óbvio que, no geral, o trabalho, a postura da Ordem sempre foi de defesa da cidadania, mas há alguns momentos em que houve fraquezas, assim, de aproximação com o poder. E nesse período, portanto, da ditadura, a Ordem não era... Não, ela não tinha nenhum... Enfim, não era ouvida para coisa nenhuma. Não, absolutamente. Foi com o Raymundo Faoro, foi com o Raymundo Faoro, que tinha uma compreensão do país, uma postura de estadista, tinha a dimensão do papel da Ordem... Ele foi o principal responsável por esse início da abertura, porque ele teve, enfim, uma interlocução com o general [Ernesto Beckmann] Geisel para a volta do *habeas corpus*, para a volta da democracia, a necessidade de voltar o *habeas corpus*, a necessidade da redemocratização para o país. Ele foi o grande interlocutor.

**Christiane Jalles** - E a Ordem, nesse momento, ela é um... A partir de 1975, ela passa a ser uma das principais entidades da sociedade civil pela abertura, não é?

**Tânia Rangel** - Pela liberdade, não é?

**Técio Lins** - É, então, a Ordem tem um papel, a partir daí, muito grande. Hoje, eu diria que menor. Acho que perdeu um pouco esse... Enfim, lamento dizer, mas a Ordem... A ida da Ordem para Brasília ficara inexorável – a capital é em Brasília, mas...

**Christiane Jalles** - A proximidade com o poder foi ruim?

**Técio Lins** - É, é, é... a proximidade com o poder... E outros tantos fatores que não vêm ao caso. Acho que a Ordem perdeu um pouco desse *elan*.

**Christiane Jalles** - Também não pode ser pela própria rotina democrática? Porque, também, num momento em que você discute, de repente, a abertura...

**Técio Lins** - É um pouco isso e um pouco a falta de capacidade do seu papel na democracia, já constituída. Então, fica a Ordem se metendo em tudo, fazendo ações contra, para sequestrar bem de governador, se metendo em questões de polícia, pensando que é Ministério Público, para falar em nome da sociedade, e se atrapalhando e tropeçando nas próprias pernas, errando no discurso, errando nas bandeiras, errando na escolha das prioridades. Acho que esse é um fator. Tem a ver, pode ter a ver com a proximidade com o poder, com a presença em Brasília, como pode ser pela incapacidade dos seus próprios dirigentes, a incapacidade da Ordem de, como instituição, se recolocar nessa posição. Eu vivi lá um tempo. Fui conselheiro no Rio [de Janeiro], no tempo do Conselho no Rio [de Janeiro], mas representava Mato Grosso. Em geral, os advogados representantes dessas seccionais não tinham nenhum contato com as seccionais, não iam lá, não tinham nada, eram apenas representantes. Era uma coisa só formal, mas dava à Ordem uma dimensão de prestígio imenso, uma dimensão grande de prestígio, mas não havia interlocução, não era representante de coisa nenhuma. Eu ia ao Mato Grosso, ia a Cuiabá, participava das questões locais, exatamente por que queria ser um representante da seccional. Eu fazia um esforço, e ia por minha própria conta, pagava a passagem...

**Christiane Jalles** - O que era demandado, por exemplo, pela seccional do Mato Grosso?

**Técio Lins** - Eu precisava saber exatamente isso, o que o Mato Grosso, quais as questões que a advocacia do Mato Grosso tinha, para apoiar. Eu nem me lembro exatamente se havia questões fundamentais. Certamente não. Mas algumas questões de apoio, aquela coisa... Os conselhos dependiam muito do Conselho Federal, então, deviam, não pagavam a sua contribuição, tinham dificuldades financeiras, então tinha que fazer essa interlocução para a questão financeira dos conselhos. Havia algumas questões locais, algumas questões relativas ao quinto constitucional, às relações com o Tribunal, “precisamos apoiar o presidente nisso ou naquilo”. As demandas, ali, não eram nem muito importantes. Durante o período em que lá estive, não houve nenhuma questão digna de nota. Mas às vezes a seccional tem interesses... hoje, no exame de Ordem, nas questões de apoio às suas indisposições com os tribunais, que muitas vezes há, com os advogados e com os juízes, então é preciso um apoio mais efetivo do Conselho Federal. Então, conheci os dois... Quer dizer, fui conselheiro do Conselho no Rio [de Janeiro], nessa forma de representação duvidosa, porque... Era um grande Conselho, eram os melhores nomes da advocacia: os grandes advogados

do Rio [de Janeiro], alguns grandes advogados dos estados que vinham, de São Paulo e dos estados que mandavam. E depois fui conselheiro representante do Rio [de Janeiro] em Brasília.

**Christiane Jalles** - E muda? Ser conselheiro na Seção Rio foi diferente?

**Técio Lins** - Foi completamente diferente, porque aí era outro, era o Conselho em Brasília, era o Conselho integrado por representantes dos estados, mesmo.

**Christiane Jalles** - Já havia mudado. As demandas eram diferentes?

**Técio Lins** - Era outro Conselho. Outro conselho! Muito diferente.

**Christiane Jalles** - O que mudou? Dê um exemplo...

**Técio Lins** - Dou. Corporativo. Por exemplo, na formação das listas que o Conselho Federal promove para o quinto dos tribunais superiores – STJ<sup>5</sup>, Tribunal do Trabalho... Os tribunais que passam por lá. O Superior Tribunal Militar não passa. E as escolhas são movidas a um corporativismo local, e aí prepondera uma política que eu diria pouco nobre, porque prevalecem interesses paroquiais, e não interesses nacionais.

**Christiane Jalles** - Entendi.

**Técio Lins** - Isso não é legal. Vivi algumas experiências dramáticas, lamentáveis e inesquecíveis, do ponto de vista do trauma que me causaram, como, por exemplo, na formação de lista para o Superior Tribunal de Justiça, excluir aquele candidato que é o melhor, o que tem mais chance, em detrimento de um outro que é pior, que não tem chance nenhuma, mas só terá chance se tirar aquele.

**Christiane Jalles** - Nossa!

**Técio Lins** - Enfim, inaceitável, inacreditável. Eu vivi isso. Vi aqui. Um candidato do Rio [de Janeiro] viveu isso, acabou sendo excluído assim dessa disputa na formação das listas. Isso não é legal, não é bom. Tem um corporativismo, e toda entidade tem um corporativismo. É natural, isso é da índole. Mas às vezes, na questão disciplinar, porque o Conselho é a instância revisora de todos os processos disciplinares, então, às vezes... Tem também na coisa das contas. O Conselho Federal

---

<sup>5</sup> Superior Tribunal de Justiça.



aprova as contas das seccionais, então, às vezes funciona... em algumas coisas, lembra um pouco o Congresso, lembra um pouco essa representação nacional, essa coisa bairrista e clientelista em muitas coisas. Enfim, é um conselho que tem três representantes de cada estado e mais os membros natos, são quase cem pessoas, um colegiado de cem pessoas.

**Christiane Jalles** - Uma Assembleia.

**Técio Lins** - É um Congresso. É um Senado.

**Christiane Jalles** - É um Senado.

**Técio Lins** - E às vezes fica complicado, porque perdem-se em questões paroquiais, discursos e questões que não têm nenhuma importância nacional. Acho que essa composição, essa coisa tira um pouco, às vezes, o foco mesmo do papel da Ordem nacionalmente. Isso eu acho que a Ordem... Acho que hoje, neste século, ela tem claudicado, a meu ver, um pouco. Ela ainda não encontrou o seu caminho na democracia. Acho que está faltando um pouco a Ordem se dar conta de que os tempos mudaram, nós não vivemos mais na ditadura, ela pode dar uma contribuição maior. Mas é isso.

**Tânia Rangel** - E, nesse ambiente todo, um pouco clientelista, um pouco corporativista, com todos os estados sendo representados, como surge o seu nome para o Conselho?

**Técio Lins** - Aí tem... Estamos na Fundação Getulio Vargas e há uma extraordinária coincidência: o diretor da Faculdade de Direito, da grande Faculdade de Direito da Fundação Getulio Vargas, a nova Faculdade de Direito... essa jovem, jovem mas poderosa faculdade, é dirigida por Joaquim [de Arruda] Falcão [Neto], que era conselheiro na primeira composição. Fui amigo do pai do Joaquim, do extraordinário, do amoroso, do advogado, do gentil-homem Corinto de Arruda Falcão. Fui colega dele no Conselho Federal. Ele era conselheiro federal – certamente, representante de Pernambuco. Certamente.

**Tânia Rangel** - Isso em 1975?

**Técio Lins** - Em 1975. E ele era um velho conselheiro. Ele ficou lá muitos anos. Ele ficou muitos anos; era um dos mais antigos conselheiros. Ele certamente representava Pernambuco. Eu não me lembro, mas certamente... É óbvio que ele era conselheiro federal representando Pernambuco,

como bom pernambucano. E me fiz amigo dele. Ele era um colega muito gentil, era um homem extraordinário e deliciosamente fraterno, amoroso e muito simpático. E me dava bem com ele. Apesar de ter a idade dos filhos dele, ele – talvez por isso – me... Enfim, me fiz amigo dele dali em diante. E na vida, para outras tantas coisas, muitas vezes, ele me chamava para buscar conselhos. Veja que coisa fantástica! Eu tinha muito orgulho disso. Depois é que conheci os filhos. O Joaquim e a filharada, os irmãos – porque ele tinha uma porção de filhos – conheci depois. Primeiro eu fui amigo de Corinho, do velho Corinho – tem um filho, também, que se chama Corinho. E o Joaquim, depois me fiz amigo do Joaquim. O Joaquim, que é um gênio, tem uma cabeça fantástica, de montar coisas, essa engenharia da inteligência dele para a formulação de... na Nova República, ele participou... Discreto. Ninguém fica sabendo que a ideia é dele. Ele é sempre muito, muito... Numa atividade imensa e discreta, no Ministério da Justiça, na Nova República, ele foi responsável pela montagem da engenharia do Poder Judiciário, do Ministério da Justiça, da Justiça no Poder Executivo, que é o Ministério da Justiça, na montagem dos conselhos, para desmontar um ministério que era o ministério... Uma coisa horrorosa! Eu, como advogado, nas poucas vezes em que fui ao Ministério da Justiça para alguma coisa, era tudo zona secreta, fechada. Era inexpugnável. Aquilo era um *bunker*: você não entrava, você não circulava pelas repartições para obter alguma informação. Tinha a questão de estrangeiros, de extradição... Era uma dificuldade. Aquilo era uma coisa... Zona secreta, segurança nacional. Era muito difícil entrar no Ministério da Justiça. Eu vivi isso. Ia lá e era um constrangimento. Era mais fácil entrar no Ministério do Exército, onde fui várias vezes para falar sobre presos, do que entrar no Ministério da Justiça.

**Christiane Jalles** - Que loucura!

**Técio Lins** - É verdade. Isso é verdade. Pode perguntar a qualquer pessoa que tenha tido essa experiência. Aqui, no Ministério da Guerra, eu entrava e circulava em todo o Ministério, chegava ao chefe de gabinete do ministro para tratar de preso, para saber informação disso ou daquilo. A gente entrava, circulava. No Ministério da Justiça, não passava da porta. Era uma coisa assustadora, cheio de segurança. E o Joaquim Falcão foi um dos responsáveis por esse desmonte, para fazer um Ministério da Justiça compatível com a Nova República e um Ministério que fosse digno do nome de Justiça. Tanto que Fernando [Soares] Lyra, esse pernambucano admirável, adorável, que foi o primeiro ministro da Justiça da Nova República, escolhido por Tancredo [de Almeida] Neves e mantido por [José] Sarney. É claro que pouco depois se desentenderam e ele deixou o Ministério, mas não sem antes fazer aquela grande mudança, montar aqueles conselhos todos que integram... os conselhos do Ministério da Justiça, reformular, remontar o Conselho de Direitos Humanos, o Conselho de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho de Entorpecentes, todos aqueles

conselhos, o Conselho da Mulher, todos aqueles conselhos que passaram a existir com vigor a partir de então, e o símbolo oposto ao que era ainda no regime [Ibrahim] Abi-Ackel, da porta aberta. E as portas eram literalmente abertas. Fernando Lyra despachava no seu gabinete com a porta escancarada. Você passava e via o ministro. Podia entrar, se quisesse. José Paulo Cavalcanti Filho, grande amigo de Joaquim Falcão e também pernambucano, secretário-geral do Ministério e hoje membro da Comissão da Verdade, também ficava com a porta aberta. E, imagina, eu me lembro que... A informalidade deliciosa de Fernando Lyra, aquele pernambucano adorável que está aí... Estive outro dia com ele, com o mesmo bom humor, com a mesma simpatia e informalidade. Ele dizia, depois de uns seis meses: “Como é que eu faço para fechar essa porta? Porque preciso trabalhar. Eu não consigo trabalhar. Toda hora entra alguém aqui. [riso] Vem um senador, um deputado, um amigo, e eu com a porta aberta. Preciso agora fechar a porta para trabalhar, mas sem que isso signifique... sem que isso tenha o símbolo de que estou me fechando” [riso]. E, aos poucos, as portas foram sendo encostadas, mas foi muito importante esse simbolismo. E digo isso por que o Joaquim foi chefe de gabinete de Fernando Lyra, foi um sujeito importante na montagem dali, com o José Paulo, e foi pelas mãos de Joaquim que fui convidado para presidir o Conselho Federal de Entorpecentes. E foi uma experiência inesquecível, adorável, admirável, maravilhosa, naqueles idos de 1985, que era abrir e furar o tumor do debate sobre a questão da droga, que era um preconceito tão gigantesco que eu diria que tem... a idade do preconceito sexual. Então falar em droga era o mesmo que falar de sexo, era uma coisa... Era um preconceito, mesmo. E nós, graças a esse conjunto de circunstâncias – Nova República, Fernando Lyra –, pudemos constituir, com o José Paulo, nós pudemos constituir um Conselho que foi uma revolução, e nós rompemos e fizemos a criação de Conselhos Estaduais de Entorpecentes no Brasil inteiro e saímos... Enfim, abrindo o debate da questão da droga, a ponto que hoje a legislação brasileira não penaliza, não encarcera o usuário de drogas. Imagina! De 1985 para cá, não são muitos anos, mas... O projeto que está em curso no Senado, na comissão de que fiz parte, o projeto de lei para o novo Código Penal descriminaliza, dá um passo à frente na questão do usuário da droga, e isso foi, inegavelmente... Isso começou nesse tempo, começou nessa postura, nessa política que foi desenvolvida a partir da Nova República, com o Fernando Lyra, e o Joaquim Falcão, chefe de gabinete. E assim foi. Depois... fiquei até 1987. Em 1987, assumi a Secretaria de Justiça no Rio [de Janeiro] e deixei então...

**Christiane Jalles** - Como foi o seu convite para a Secretaria de Justiça?

**Técio Lins** - Foi...

**Christiane Jalles** - O senhor conhecia o Moreira, o governador?

**Técio Lins** - Eu conhecia. Fiz política estudantil com o [Wellington] Moreira Franco.

**Christiane Jalles** - Ah!

**Técio Lins** - Ele era da PUC<sup>6</sup>, da Sociologia da PUC, e eu era do CACO. Eu era vice-presidente do CACO, e a minha vice-presidência era a representação externa, quer dizer, eu era o responsável pela participação no Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil, na época, a Universidade Federal do Rio de Janeiro hoje, e o representante externo na UNE<sup>7</sup>, para a UNE, para a representação externa e para as reuniões com os outros diretórios. E nessas reuniões conheci o Moreira, que era do diretório da Sociologia da PUC e que também participava do movimento estudantil. Nesse tempo, movimento apenas estudantil. Não tinha... Era um movimento contra a ditadura, mas era um movimento de ideias; não tinha ação armada, não tinha ainda, [19]65... Isso veio mais tarde, as organizações... As organizações que eram clandestinas – no caso, era a Ação Popular<sup>8</sup>, o Partido<sup>9</sup> – eram pacatas, não pregavam a luta armada. Depois é que as coisas mudaram.

**Christiane Jalles** - É. O pessoal do PCdoB<sup>10</sup>, não é?

**Técio Lins** - Do PCdoB...

**Christiane Jalles** - A AP também acaba tendo... Parte da AP...

**Técio Lins** - A AP depois virou também... Mudou. Mas essa AP, nesse tempo, era a AP personalista, de Teilhard de Chardin, era uma AP católica. Que o Moreira, eu acho que era ligado à AP, a essa AP. Pois bem, então, eu o conhecia dali. Mas só. Era um conhecimento... E na vida – acompanhei, ele foi candidato –, a gente se encontrava aqui e acolá. Conhecia. Quando ele ganhou a eleição... Não participei da campanha, não tive nenhuma participação política, não tinha nenhuma filiação, nada, nada. Eu continuava advogado. Quando ele ganhou a eleição, ele estava montando o governo... A posse era em 15 de março, e isso foi em novembro, quando já a eleição... Estava apurando ainda, mas já se sabia que ele era o governador. Ele me chamou um dia para ir ao

---

<sup>6</sup> Pontifícia Universidade Católica.

<sup>7</sup> União Nacional dos Estudantes.

<sup>8</sup> AP.

<sup>9</sup> Refere-se aqui ao Partido Comunista Brasileiro – PCB.

<sup>10</sup> Partido Comunista do Brasil.

escritório eleitoral. Tinha uns advogados, eles me chamaram para uma reunião, para conversar sobre isso, sobre aquilo, sobre as questões eleitorais... Naquele final, aquele apagar do incêndio de algumas impugnações... Enfim, aquela... Mas ele já estando absolutamente definido como governador. E ele me chamou para almoçar. Fomos almoçar na Maison de France, um belo restaurante. O comitê era em frente, no edifício da Academia Brasileira de Letras, então, atravessamos a rua e fomos almoçar lá – um restaurante delicioso que acabou, fechou –, e conversa vai, conversa vem, ele disse: “Vou ter um problema grande com a questão da segurança, esse negócio do crime...”. Naquele tempo, ele tinha feito aquela promessa de acabar com a violência em seis meses, não é?

**Christiane Jalles** - Isso.

**Técio Lins** - “Eu preciso, estou preocupado com a questão da segurança. Você pode me ajudar nisso?” Eu falei: “Não. Zero. Não posso ajudar”. “O que é isso?!” “Não. Isso não tem solução.” “A gente investe na Academia de Polícia.” Falei: “Não tem solução. Isso aí, estou fora. Com esse modelo não dá. Meu conselho é o seguinte, faz um decreto, acaba com a polícia, põe todo mundo em disponibilidade, zera isso e começa tudo de novo. É isso”. O Amazonino [Armando] Mendes fez. Não sei o que aconteceu. Tomou o governo, baixou um decreto, pôs todo mundo em disponibilidade, para fazer a nova polícia. Ele fez. No Amazonas, ele fez assim. Eu li no jornal. E falei: “Olha aqui! Lembra aquela maluquice que eu falei?”. Lá no Amazonas... Não sei no que deu, mas me lembro que ele tomou posse com esse discurso, que ia acabar, que ia colocar todo mundo... Colocou em disponibilidade toda a polícia, para fazer uma nova polícia. Ele insistiu. O [Leonel de Moura] Brizola tinha tido, no final do governo, uma crise de segurança horrível, porque o secretário de Segurança foi acusado de ser da máfia corsa e foi um escândalo internacional, porque havia uns mafiosos... Enfim... E o Brizola, que era um gênio nessa costura política, conseguiu segurar nos últimos meses, acalmar. Quer dizer, não mudou nada, a polícia... foi um tamponamento, e as coisas estavam precisando de... enfim, de mexer. E ele me propôs, me sondou, me consultou e eu disse: “Estou fora. Eu advogo nessa área. Eu não sei. Não sei o que fazer. Não tem jeito”. Eu disse não. Ele então disse: “Mas prevejo problemas sociais muito grandes, uma crise social. Acho que vamos ter muitas greves, nós vamos enfrentar dificuldades... O mundo... Uma crise mundial, com um reflexo no Brasil, e estou muito preocupado com essa questão das relações de trabalho”. O governo não tinha a Secretaria do Trabalho. “Quero montar uma Secretaria do Trabalho e quero saber se posso contar com você para ser o secretário do Trabalho.” Eu falei: “Não. Zero. Não há possibilidade. Não entendo disso, não sou negociador, não sei negociar. Sou advogado criminal,

como é que vou lidar com greve? Eu não sei, não entendo disso, absolutamente. Olha, sou a pior pessoa para isso. Não tenho esse perfil”.

**Christiane Jalles** - Ele te queria. [risos]

**Técio Lins** - É. Ele disse assim: “E tem a questão penitenciária, tem a Secretaria de Justiça...”. E falei: “Aí eu topo. Aí é comigo mesmo. Se você quiser ajuda na Secretaria de Justiça, eu topo dar. Tem a questão penitenciária que é complicadíssima, mas encaro”. Ele não disse nada. No dia seguinte, sai uma caricatura minha, desenhada pelo Jimmy Scott, na “Coluna do Boechat”, que hoje... na “Coluna do Swann”, em *O Globo*, que hoje é a “Coluna do Ancelmo”. Na “Coluna do Swann”, que o [Ricardo Eugênio] Boechat fazia, saiu uma caricatura minha, do Jimmy Scott, dizendo: “Está definido o novo secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. É o advogado criminal Técio Lins e Silva que vai assumir, é nosso xerife”, e eu com uma coisa de xerife, assim. “É o novo xerife do Rio de Janeiro.” Liguei para o Boechat, pessoa por quem tenho um grande carinho, o Chernenko, “Chernenquinho, que maluquice é essa?!”. Até hoje eu o chamo de Chernenquinho. “O que é isso rapaz?! Você enlouqueceu?!” “Não, você...” Eu falei: “Rapaz, não sou eu. Pelo amor de Deus, desmente”. “Não vou desmentir coisa nenhuma.” “Rapaz, não faça uma coisa dessas. Não é verdade.” “É verdade. Tenho a informação segura de que você é o futuro secretário de Segurança do Rio [de Janeiro].” “Boechat, pelo amor de Deus, não queima o meu filme. Não sou.” “É.” E aí eu cometo, já que temos um compromisso com a história, a inconfidência. Ele disse assim: “É. Quem me disse foi o Moreira”. Eu disse: “Meu Deus do céu!”. O Moreira não acreditou que o meu não fosse para valer e disse assim: “Bom, vou colocar e ele vai topar”. Porque sou educado, então, o meu não... Eu não aceito, mas... Enfim, sou informal, e somos amigos, somos da mesma geração, nos tratamos com absoluta intimidade e fraternidade, ele deve ter pensado: “Na hora H, eu coloco aqui e ele vai topar, vai segurar essa...”. Como se diz na linguagem do preso, “vai segurar o sanhaço”. Quando um preso mata outro, chama o sujeito e diz assim: “Assume. Segura o sanhaço”. E falei: “Não, não vou segurar esse sanhaço”. Liguei para um amigo, para um jornalista que, na época... que tinha uma outra coluna. Havia um grande jornal, que era o *Jornal do Brasil* e havia *O Globo*. Eram dois grandes jornais. O *Jornal do Brasil* era um jornal também muito importante.

**Christiane Jalles** - Até mais importante do que *O Globo*, nesse momento.

**Técio Lins** - É, mais importante, porque tinha feito a resistência democrática...

**Christiane Jalles** - A democratização, a resistência.

**Técio Lins** - ...a resistência democrática. Era um jornal de muito prestígio e tinha uma coluna...

**Christiane Jalles** - Grandes jornalistas.

**Técio Lins** - Tinha uma coluna, “Informe JB”, que era o que todo mundo lia em primeiro lugar, o “Informe JB”. Era uma coluna de notas.

**Christiane Jalles** - Era a coluna, não é?

**Técio Lins** - É. Sempre feita por grandes jornalistas. Na época, não me lembro exatamente quem estava lá, mas me lembro que era alguém conhecido. Liguei para a coluna e disse: “Olha, eu preciso, pelo amor de Deus...”. “E então?! Secretário de Polícia?!” “É exatamente isso. Preciso de um desmentido.” “O que você quer?” “Eu quero colocar uma nota negando.” “Mas negando como?” “Quero dizer o seguinte... Você está autorizado a escrever que ouviu de mim o seguinte: se me encontrarem na Secretaria de Segurança Pública, chamem o advogado porque eu estou preso.” [riso] Então saiu: “A propósito do convite para o advogado Técio Lins e Silva ser secretário de Justiça, ele respondeu, dois pontos, abre aspas, se for visto e encontrado na Secretaria de Segurança, pede que chame um advogado porque ele está preso”. Aquilo causou um mal-estar. Os delegados ficaram indignados. Eu queimei o meu filme.

**Christiane Jalles** - Completamente.

**Técio Lins** - Definitivamente. E eu viajava pouco depois, portanto, antes... A posse seria em 15 de março, e eu, em final de janeiro, tinha a reunião, em Viena, da Comissão de Entorpecentes. Eu era presidente do CONFEN<sup>11</sup> e chefiava a delegação do Brasil na Comissão de Entorpecentes em Viena, representando o Brasil. E é um foro multilateral, em que o chefe da delegação é um embaixador. Ele é o representante plenipotenciário daquele assunto. A reunião era importante, era muito importante, como foram na época todas as reuniões, importantes, e chefiei todas as delegações nos foros multilaterais da questão de drogas, batendo e apanhando com os desenvolvidos, que tinham uma política de deixar a droga aqui, enfim, que brigavam, na política nossa. O Itamaraty tinha uma postura fantástica, corretíssima, com a cabeça do grande embaixador Bernardo Pericás [Neto], que era o representante do Itamaraty no CONFEN e com o qual eu tinha

---

<sup>11</sup> Conselho Federal de Entorpecentes.



uma ligação fraterna, ideológica e de pensamento. E era fácil atuar em nome do Brasil, porque eu tinha o apoio do Itamaraty, pela via de um diretor da Divisão de Nações Unidas, que era, na época, o Bernardo Pericás, que era conselheiro do CONFEN, e o alterno dele, um grande diplomata, que na época era terceiro-secretário, sei lá, o Carlos Sérgio Sobral Duarte, que hoje é embaixador do Brasil na Índia, e um grande quadro do Itamaraty que me ajudou muito a compreender as questões diplomáticas e ajudou muito na atuação que o CONFEN tinha nos foros internacionais. Aprendi com essa gente. E eu tinha a reunião e falei: “Puxa! Esse negócio...”. Liguei para o Moreira, liguei e disse: “Olha, quero lhe dizer o seguinte, estou indo para a Europa, para uma reunião da Comissão de Entorpecentes, então, peço a você o seguinte, esse negócio de secretário de Segurança, eu quero dizer o seguinte, não aceito. É pra valer. Eu não falei...”.

**Christiane Jalles** - Não é retórica.

**Técio Lins** - “Você já viu que já me manifestei, já botei minha nota no jornal. Isso é pra valer. Então, não... Vou estar fora, não pense que... Se você anunciar o secretariado e me anunciar como secretário de Polícia, eu não vou aceitar. Vai ser a primeira crise do seu governo, porque vou dizer que não aceito. Vai ser uma confusão dos diabos.” “O que é isso, rapaz?! Não se preocupe! Você acha que sou capaz disso?” Eu falei: “Acho. Acho que você é capaz disso, sim. Pela nossa relação, você pode anunciar e achar que eu vou... E eu não vou aceitar”. E viajei. E eu estava... Acabou a reunião, tinha uma reunião da Comissão de Direitos Humanos em Genebra, estava perto, e eu estava com um grande amigo que era o meu alterno, que depois foi o subsecretário, meu segundo, o advogado [Domingos] Bernardo Gialluisi da Silva Sá, um queridíssimo amigo, que era o meu vice-presidente lá no CONFEN e depois foi meu segundo aqui, e a quem devo muito – me ajudou a administrar a Secretaria de Justiça, me acompanhou, e tocava a parte administrativa e tudo –, e eu estava com o Bernardo e disse: “Vamos ver a reunião de direitos humanos”. Tinha lá um amigo nosso, também embaixador, hoje embaixador na Bósnia, o José Augusto Lindgren Alves, que era o responsável por drogas na missão do Brasil na ONU<sup>12</sup>. Porque o Brasil atuava na ONU, e o encarregado deste assunto era o embaixador José Augusto Lindgren Alves – na época, conselheiro, ou sei lá que posto tinha –, de quem me tornei amigo. Então, eu tinha uma interlocução direta, e aí era meio clandestina, com o cara que falava em nome do Brasil perante a ONU, e nós éramos afinados ideologicamente no assunto. Então, isso facilitou muito a ação do Brasil e do Conselho no cenário mundial, internacional. E o José Augusto, de quem me tornei grande amigo até hoje, estava na Comissão de Direitos Humanos, porque ele é membro da Comissão de Direitos Humanos *intuitu personae*. Ele não é representante do Brasil; ele é especialista, é um dos maiores especialistas do

<sup>12</sup> Organização das Nações Unidas.



Brasil em matéria de direitos humanos, tem vários livros publicados, é citado em qualquer assunto sério de direitos humanos. E eu disse: “Vamos lá encontrar o José Augusto, que está na comissão, e a gente assiste. Vamos ver como funciona essa comissão”. E fomos para Genebra. Aí recebo um telefonema dizendo que o governador Moreira Franco estava à minha procura. Ligo para ele e ele fez comigo o que ele fez durante todo o governo, ele disse assim: “Dá um pulo aqui”. Porque ele fazia isso, ele ligava, “dá um pulo aqui”. Eu disse: “Mas estou em Genebra”. E o plano era: depois de Genebra, passar uns dias em Paris, para descansar daquele sufoco que foi em Viena. A gente trabalhava pra burro. Era o dia inteiro. Ia oito horas da manhã para o centro de convenções, ficava até oito horas da noite, depois fazia os telegramas até nove horas da noite. Trabalhávamos muito, muito, muito. Em dez dias, a gente... Enfim, éramos todos muito “caxias” e responsáveis. E não fazíamos turismo. Eu mal conheço Viena, tendo lá estado mil vezes, porque a gente não tinha tempo. E eu não deixava que a delegação ficasse passeando, não; tinham que trabalhar. Eu disse: “Bom, agora vamos fazer turismo. Acabou o trabalho, vamos passar um fim de semana em Paris antes de voltar para o Brasil”, porque era caminho, pegávamos o avião em Paris. Ele disse: “Não. Vem para cá. Preciso de você aqui. Vem para cá. Vem embora. Quando é que você volta?”. Eu disse: “Volto...”. Eu ia ficar em Paris... “Venha o quanto antes.” Então fui à companhia ver se tinha passagem e pegamos o primeiro avião de volta. Já o escritório estava montado na Torre Rio Sul, fui lá e ele... Isso era já no início de março... quer dizer, no final de fevereiro, e a posse era em 15 de março. Ele disse: “Você topa assumir a Secretaria de Justiça?”. Falei: “Topo.” “Então, monte a sua equipe. Pegue com o fulano, veja o organograma, veja como é, pegue o material da Secretaria e comece a trabalhar para montar a equipe.” Nunca me pediu para por ninguém. Tive liberdade absoluta: montei a minha Secretaria como quis, com as pessoas da minha confiança. E foi uma experiência riquíssima e que começou assim. E dali fui para a posse, no dia 15 de março de 1987, e fiquei trabalhando muito, dedicado à Secretaria de Justiça, até março de 1990. O governo terminava em março de 1991. Naquele tempo era março. Mas eu, um ano antes, em março de 1990, deixei o governo, pedi exoneração, porque me candidatei ao Senado em 1990.

**Christiane Jalles** - O senhor já estava filiado, então precisava se desincompatibilizar, não é?

**Técio Lins** - Não. Eu precisava me desincompatibilizar e me filiar. Para me filiar. Não tinha filiação. E o Moreira disse: “Vem para o PMDB<sup>13</sup>”. “Mas vou para o PMDB para quê?” “Vem, aí você vê, vai para a convenção.” “Não, eu vou...” E eu tinha, do PSDB<sup>14</sup>, o convite para ser candidato ao governo do estado. Eu era candidato... Saí para me candidatar ao governo do Rio de

---

<sup>13</sup> Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

<sup>14</sup> Partido da Social Democracia Brasileira.

Janeiro. Só que essas questões partidárias... O PSDB não existia, era um partido com registro provisório, tinha dono, e fui... Eu, inocentemente, achei que seria o candidato do PSDB ao governo e fui... Enfim, fui tragado pela máquina, aquela pequena máquina particular que se chamava partido, que não era um partido – como os partidos de resto têm dificuldades nessa coisa da sua democracia interna –, tinha registro provisório. E eu disse: “Bom, então está bom, não sou candidato a governador, vou ser candidato ao Senado. Eu quero ser candidato... Mas não quero ser deputado”. E saí candidato ao Senado. Era uma vaga só, e quase virei senador, porque tive um milhão e duzentos mil votos. Mas só tinha uma vaga, então foi eleito o Darcy Ribeiro, com o governador Brizola ganhando a eleição no primeiro turno. Então foi covardia. Mas é aquela coisa da vitória moral: não adiantou nada, mas passei a receber cumprimentos e telegramas e as pessoas na rua me abraçavam. “Então, está bom, obrigado.” Não valeu de nada, a não ser para adquirir uma imensa experiência, suficiente para depois eu me desvincular da vida política, pouco depois, e voltar integralmente para a advocacia, como ocorre hoje, como... enfim, como aconteceu.

**Tânia Rangel** - Na época em que o senhor foi secretário de Justiça, como era a relação, ou como que era visto o Poder Judiciário?

**Técio Lins** - Olha, nós tínhamos, com o Poder Judiciário do estado, uma relação muito... Primeiro é preciso compreender que... o divisor foi 1988, com a Constituição. Nós tomamos posse em 1987. Até a promulgação da Constituição, em 1988, era o governador quem nomeava, quem promovia todos os juízes. O juiz, para sair de uma comarca para outra comarca, era o governador quem assinava o decreto; todas as promoções dos juízes para o Tribunal de Justiça eram feitas pelo governador; todas as movimentações... A disputa por uma vaga... Vinham as listas tríplices para a ocupação...

**Tânia Rangel** - Para férias, também?

**Técio Lins** - Tudo.

**Christiane Jalles** - Porque não havia autonomia, não é?

**Técio Lins** - Tudo, o governador. E eu era o gerente dessa interface do Poder Judiciário com o Poder Executivo. Isto é, vinham as listas para as promoções, nomeações etc., e eu ficava com... o governador mandava falar comigo, para eu anotar os pedidos, os pleitos, quem era quem, fazer o levantamento dos candidatos, e era em despacho com o secretário de Justiça que ele assinava os

decretos. Eu levava os decretos prontos para ele escolher quem... Então, foi uma experiência interessante, até 1988... Quer dizer, fazia uma aproximação dos dois poderes muito grande, porque o Poder Judiciário dependia de tudo, inclusive de dinheiro. Então, as verbas... Eu me lembro, uma vez, o presidente do Tribunal de Alçada, que existia naquela época, queria marcar uma hora. Eu falei: “Imagina! Eu...”. Era um juiz muito querido. Eu disse: “Vou aí. Não precisa o senhor...”. “Ah, o senhor vem aqui?!” Aquela coisa da autoridade. “É claro que vou.” Era porque ele precisava... Ele estava precisando de dinheiro lá para alguma coisa. Então, era uma relação, embora muito próxima... E como dependia, o Poder Judiciário... As coisas funcionavam, não tinha nenhuma dificuldade, funcionavam bem.

**Christiane Jalles** - O fato de você ser um advogado não influenciava negativamente?

**Técio Lins** - Não, ao contrário, porque eu conhecia, era da casa, era uma pessoa que conhecia os problemas da Justiça e, enfim, sabia quem era quem, conhecia as pessoas. Não, ao contrário, isso tornava mais fácil. Nós criamos uma comissão, entre os dois poderes, que se reunia com frequência, com representantes de vários... com a magistratura... Era uma comissão mista, com o Poder Judiciário e o Poder Executivo, com alguns órgãos do Poder Executivo que tinham importância para a Justiça e vice-versa, em alguns setores da Justiça. Nós nos reuníamos com frequência, ora no Executivo, ora na sede do Judiciário, para resolver as questões. Então, havia um trânsito muito próximo, para a solução dos problemas, dos interesses de ambos os poderes. Isso era feito com muita tranquilidade.

**Tânia Rangel** - Mas, nesse momento, o foco, nessa relação, era basicamente a questão organizacional e estrutural do Poder Judiciário.

**Técio Lins** - Sim.

**Tânia Rangel** - Não havia muito uma preocupação com o jurisdicionado ou com o funcionamento desse Poder.

**Técio Lins** - Não. Era mais a gestão – gestão, meios e métodos –, gestão do Poder. É claro que passava por ampliação, criação de Vara... Passava por tudo isso da organização judiciária. Com a alforria, com a independência do Poder Judiciário em 1988 – e, enfim, não resisto com um pequeno comentário –, as relações mudaram muito, então... Mudaram, eu diria que no mau sentido, mudaram no sentido de... “Agora, não precisa mais.” Aí ficou o poder... E a arrogância do Poder

Judiciário, as garras... A relação ficou mais difícil, porque eles não precisavam mais, eles não dependiam mais, nem para promoção nem para nada, nem para dinheiro, nem para nada, então a relação ficou mais difícil, ficou mais tensa.

**Tânia Rangel** - Mas isso vem com a Constituição de 1988 ou com a Constituição do estado, em 1989?

**Técio Lins** – [Com a Constituição] de 1988. A Constituição de 1988 é que criou a...

**Tânia Rangel** - Sim, a Constituição de 1988 faz essa separação e dá essa autonomia administrativa e financeira, que até então ele não tinha.

**Técio Lins** - É. A partir daí. E há um problema crônico na Vara de Execuções Penais. O juízo que executa as penas sempre foi o patinho feio da administração. A Vara de Execuções Penais sempre teve pouco prestígio diante da administração do Poder Judiciário e sempre foi um calo, um transtorno, uma dificuldade, a questão da execução penal. Um juiz, para... Na época, havia 600 mil processos; hoje, já devem ser alguns milhões de processos e continua sendo um problema. Hoje já tem mais de um juiz, a Vara cresceu, tem mais investimento. Mas na época não tinha nem informatização. Ou a informatização da Vara não falava com a informatização do Tribunal, porque eram linguagens... Uma era Cobra; outra era não sei o quê. Os *softwares* não se entendiam. Não havia comunicação com o DESIPE<sup>15</sup>, com o Sistema Penitenciário, com o Instituto Félix Pacheco. Era um caos absoluto. E os advogados criminais, historicamente, a advocacia, a Ordem<sup>16</sup>, sempre reclamaram muito dessa situação. E revelo um dado histórico que é fantástico, é inacreditável: o Tribunal mandou uma mensagem... E a iniciativa da mensagem passou a ser do próprio Poder, para as suas questões. Eles mandaram uma mensagem de lei mudando o Código de Organização Judiciária do Estado, criando varas e tirando outras etc., e o presidente da Assembleia Legislativa, instado obviamente por mim – eu articulei isso –, apresentou uma emenda, nesse projeto de lei oriundo do Poder Judiciário, extinguindo a Vara de Execuções Penais e dando a execução penal para o juiz do conhecimento. Ou seja, quem pariu Mateus que o embale. Condenou a 30 anos, a 20 anos, vai, 20 anos, receber a mãe do preso para saber do Natal, para dar visita extramuros. Condenou, vai, durante a condenação, receber o filho, todas as questões da execução, do preso que ficou doente, de livramento condicional. Então, quantos juízes criminais eram à época? Cerca de cem, uma centena. Então, estamos multiplicando o controle da execução penal por cem. E cem

---

<sup>15</sup> Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro.

<sup>16</sup> Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

promotores, que estão nas Varas, e cem defensores públicos. Então, era uma centena de defensores... Ao invés daqueles dois ou três defensores da Vara, um juiz e um, dois ou três promotores, nós multiplicamos tudo por cem. Olha, a reação... Isso foi aprovado, virou lei. A reação do Poder Judiciário... Era presidente o desembargador Pedro Américo Rios Gonçalves, oriundo do antigo estado do Rio [de Janeiro], na fusão, se não me engano, mas não faz diferença, porque, no Tribunal, reagiu de maneira... Ele não aceitou. E o que fizeram? O presidente do Tribunal encomendou a um juiz auxiliar que desse um parecer sobre a lei, e o juiz deu um parecer dizendo que a lei era inconstitucional por vício de iniciativa. Ora! É um sofisma. A iniciativa da mensagem era do Poder Judiciário, não tinha vício de iniciativa. O que o Poder Legislativo fez foi exercer a sua função de votar a lei, acrescentar emendas substitutivas, supressivas, o que seja, e devolver aquela mensagem com uma lei votada, da iniciativa do Poder Judiciário. Com esse sofisma, no sentido de que a mudança, a introdução desta regra violava a iniciativa, que tinha que ser do Poder Judiciário, o que, evidentemente, não se sustenta, o presidente do Tribunal acolheu esse parecer em caráter normativo e determinou a todos os juízes do estado do Rio de Janeiro que não cumprissem a lei.

**Christiane Jalles** - Não brinca!

**Técio Lins** - Sim.

**Christiane Jalles** - Que loucura!

**Técio Lins** - Sim. E lhe digo mais: eu era chefe da Defensoria... Porque nós criamos a Defensoria Pública, não é, por emenda constitucional, em 1987, em maio de 1987. Era uma promessa de campanha do Moreira e era um compromisso meu com a Defensoria Pública, era um desejo, um compromisso e uma coisa fantástica, da qual mais me orgulho, de ter criado essa poderosa instituição, que depois foi modelo, na Constituinte, em 1988. O modelo da Defensoria Pública da Constituinte é o modelo do Rio de Janeiro, e depois os estados todos foram criando, ao longo... Porque não havia Defensoria Pública nenhuma. Havia em dois ou três estados. Foram sendo criadas e hoje só faltam dois a serem... Só Santa Catarina que resiste e o Paraná, mas o resto tem Defensoria Pública. Até São Paulo, foi o último. Enfim, foi criada por emenda constitucional promulgada em julho de 1987, com uns três meses de governo. E fui lá levar, indicar o Procurador-Geral... Chamava-se Procurador-Geral. Na Constituição mudaram, porque o Ministério Público não suportava ter o chefe da Defensoria Pública como Procurador-Geral. Tentaram aqui. Na emenda, mudaram o nome, para ser defensor público geral. Então o [Wellington] Moreira [Franco] e o

presidente... “Ah, que bobagem! Não. É Procurador-Geral da Defensoria Pública, Procurador-Geral da Justiça e Procurador-Geral do Estado. São três procuradorias-gerais. Está perfeito. Fica até mais harmônico.” Mas na Constituição tiraram, não deixaram, e mudaram, virou defensor público geral, esse nome horroroso. Devia ser Procurador público... Promotor público geral não é; é Procurador-Geral da Justiça. Agora, quem é procurador, quem tem a procuração é o defensor público, muito mais do que o Promotor, que tem uma procuração da sociedade, que é uma coisa esotérica e absolutamente impalpável. O defensor, não, ele é o procurador do acusado. Muito bem. Então, por isso, até fica o registro. E se extinguiu a Vara, mas não cumpriu. Então, reuni a Defensoria Pública... “Não, vocês têm que requerer... O defensor público tem que requerer o cumprimento da lei. E se o juiz não cumprir, se o juiz não der a execução, vai ao juiz da condenação e pede o incidente de execução. Se ele se recusar, por força de parecer normativo, faz um *habeas corpus* e vamos até o Supremo.” E começamos o embate, e os juízes. E os juízes... Eu me lembro, a Maria Lúcia Karam, que era juíza criminal do Júri, disse: “Não. A lei está em vigor, não aceito esse parecer normativo, vou aplicar”, e começou a aplicar, a executar a pena. Ela era juíza substituta, foi chamada ao Tribunal. “Se a senhora continuar a executar essa lei que nós entendemos que não pode ser executada porque é inconstitucional” – ela era juíza substituta –, “a senhora vai sair do crime”. E ela tinha paixão pela justiça criminal, era juíza criminal por vocação, ela ficou com aquele drama de consciência: “Entre a minha consciência e essa... Não, vou continuar aplicando”, e continuou a aplicar. Ela foi transferida para a Vara de Família – e ela tinha horror à Vara de Família, não tinha vocação para aquilo. Foi para a Vara de Família como castigo. E quando abriu uma vaga para titular, ela ia disputar para ser titular de uma Vara Criminal, foi... “Olha, para titular, nós vamos dar bola preta.” E se dessem bola preta, quer dizer, se negassem, pela Lei Orgânica da Magistratura, tinha que ser colocada em disponibilidade: ela ia para casa, aposentada, ficava em disponibilidade, ganhando proporcionalmente ao tempo de serviço. Então, ela capitulou, aí não teve jeito, e ela então disputou uma Vara de Família, que era a única possibilidade de ela sair de juíza substituta para juíza de Direito. E passou raspando. Digamos, se ela tinha... Acho que o número é esse. Se ela tinha que ter 13 votos, no mínimo – se tivesse 12, ia para casa –, ela teve 13 votos, apenas, e terminou sua carreira como juíza de Família, que ela não gostava – e todos sabiam –, porque ela se recusou a descumprir uma lei votada pela Assembleia Legislativa. Bom, depois se aposentou. Ela tinha tempo, se aposentou. Enfim, é outra história, não importa. Foi ser juíza auditora, com o tempo, da Justiça Militar. Mas isso é outra história. Diante desse impasse, desse impasse monumental... E os juízes de classe ficaram com ódio de mim, ódio, é óbvio, porque eu era o articulador de uma coisa fantástica para os presos, fantástica para a Justiça, no meu ponto de vista, fantástica para os advogados, mas que criava uma imensa confusão no Poder Judiciário. Agora, pasmem, está correndo a Constituição do estado e eu acompanhei a Comissão de Sistematização, fui a *n* reuniões,

acompanhei, e no dia da promulgação da Constituição, fui lá e, como secretário de Justiça, recebi um dos dois ou três... um dos três originais da Constituição. Fui depositário como secretário de Justiça. E fui folhear a Constituição e encontrei um parágrafo, um artigo que, na linguagem parlamentar, se chama de “bacalhau”, que foi colocado na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, com um dispositivo que diz: “Ficam criadas as Varas de Execução Penal no estado do Rio de Janeiro”. A Vara de Execuções Penais existe, no estado do Rio de Janeiro, criada pela Constituição do estado, de 1989, e foi criada entre a remessa dos originais votados pela Assembleia e as oficinas da Imprensa Oficial. Nasceu, brotou como geração espontânea, não submetida à votação. Ali nasceu um dispositivo fora de ordem, num lugar completamente inexplicável. Hoje, para acabar com a Vara de Execuções Penais, é preciso uma emenda constitucional; não basta mudar o Código de Organização Judiciária. Porque ninguém entende, no Brasil, no mundo, se olhar, que a Constituição do estado cria uma Vara. Cria uma Vara Criminal. A Constituição cria. Uma. Eis a explicação histórica. E voltou tudo como dantes no quartel de Abrantes. Entre parênteses: o governo do Rio de Janeiro, no seu atual governo do Rio de Janeiro, o primeiro ato que o atual governador assinou...

**Christiane Jalles** - Sérgio [de Oliveira] Cabral [Santos Filho].

**Técio Lins** - Sérgio Cabral assinou a extinção da Secretaria de Justiça. O estado do Rio de Janeiro não tem Secretaria de Justiça, porque ela foi extinta no primeiro dia de governo. No primeiro dia do governo, o governo do Rio de Janeiro extinguiu a Secretaria de Estado de Justiça, que antigamente se chamava Secretaria de Justiça do Estado e Negócios Interiores, que era o responsável, quando não havia a Administração... quando não havia a autonomia do Poder Judiciário, cuidava, por exemplo, dos prédios do foro do interior. Quando sentei na cadeira... “O juiz lá da comarca não sei de que ligou.” “Pois não, doutor.” “Doutor, é o seguinte...”

**Christiane Jalles** - “Estou sem lápis.”

**Técio Lins** - “Secretário, aqui é o juiz diretor do fórum da comarca não sei de quê.” “Pois não. Sim, senhor.” “É o seguinte, a bomba queimou... a bomba d’água queimou.” “Sim. E daí?” “E daí que quero saber como é que faço para trocar a bomba.” “O problema é seu; eu sou o secretário de Justiça.” “Mas o senhor é que administra o fórum.” Meu Deus! Era assim. E então nós, claro, criamos um mecanismo... “Não, o Poder Judiciário não... A gente vai dar meios e eles é que... Não é o secretário de Justiça que vai cuidar da bomba d’água.” Enfim, esse e outros problemas. Mas tinha... A Secretaria de Justiça era a Secretaria da Cidadania, o Conselho de Direitos Humanos,



todo o patrimônio imobiliário do estado, e é gigantesco, mais todo o Saara na época e todos os prédios, tudo. O notário, o responsável pelo patrimônio imobiliário era o secretário de Justiça. O Conselho de Direitos Humanos, na época havia o Sistema Penitenciário, a Fundação Santa Cabrini, na questão de dar trabalho para os presos, enfim, toda a máquina da... a interface com o Poder Judiciário, todas as questões que uma Secretaria de Justiça deve fazer, historicamente, foram extintas no decreto. O decreto acabou... Não sei para aonde foram essas... É claro, o Sistema Penitenciário virou uma secretaria. O resto, não sei, deve ter desaparecido. O patrimônio imobiliário certamente foi para a Secretaria de Fazenda, que precisava de um bolo assim, de patrimônio, para fazer dinheiro, e os outros órgãos, sei lá para aonde foram. Tinha o Conselho da Mulher, o Conselho de Direitos Humanos, o Conselho de Entorpecentes. Tudo acabou. Tinha o Conselho Estadual de Entorpecentes na rua Fonseca Teles, tinha teatro, um negócio fantástico, trabalhava com recuperação de usuários de droga. Isso tudo acabou. Lamentavelmente, tudo acabou, e acabou a própria Secretaria.

**Christiane Jalles** - O senhor, no final dos anos [19]90, acaba abandonado a política partidária. Foi o que, desilusão?

**Técio Lins** - Não, não. Não nasci para isso, não nasci para isso. Eu me dei conta que a minha praia, como se diz, não era esta. Desilusão é uma palavra que...

**Christiane Jalles** - Forte?

**Técio Lins** - É boa para samba-canção, é mais forte. É boa para poemas e tal: a desilusão. É a constatação da realidade. É ao contrário de desilusão: é conhecer a realidade e ver que aquilo não era o meu... enfim, que eu não tinha aquela vocação. E voltei para a advocacia, que é a minha vocação, que é o que gosto de fazer, o que aprendi a fazer e que é a única coisa que sei fazer e que me orgulho de fazer, que é advogar na área criminal.

**Christiane Jalles** - E, na advocacia, o senhor volta para a OAB, para o Conselho da OAB?

**Técio Lins** - Sim, depois, participei intensamente de campanhas de Ordem aqui e participei de uma chapa, nós ganhamos a eleição... Porque a Ordem agora é trienal. Antigamente era biênio; agora é triênio, a cada três anos tem eleições, e participei de uma das campanhas e...

**Christiane Jalles** - Quando foi?



**Técio Lins** - Foi em 2007, 2006... a campanha de 2006. A eleição é em ano par, é em 2006, e começa a gestão no ano ímpar, em 2007. Em 2007, virei conselheiro federal, e estava conselheiro federal, cumprindo, fazendo lá o meu trabalho – eu era membro da chamada Câmara Criminal do Conselho... Porque há três câmaras. Há uma que vota as questões das contas, a que me referi que às vezes é um pouco... deveria ser mais atenta, até porque a Ordem não é submetida ao controle do Tribunal de Contas. Ela não é uma autarquia. Ela tem uma natureza de autarquia, mas ela é uma entidade fora do poder público, então, o Tribunal de Contas não aprova as contas, não trata, é tudo *interna corporis*. Portanto, tinha que ser bastante rigorosa, a questão das contas. E às vezes.... Às vezes pode deixar a desejar, aqui e acolá. É uma crítica que às vezes se faz, fortalecendo... “Ah, tem que ir para o Tribunal de Contas”, o que sou contra, também. Acho que tem que ter é um bom controle, fora do poder público. A outra câmara é a chamada Câmara Criminal, e a outra é a Administrativa, que cuida das questões administrativas, de inscrição, de impedimentos – o sujeito que está impedido ou não está impedido, negaram a inscrição porque ele tinha... e ele recorre. E essa que é a Criminal, que, do meu ponto de vista, é a mais interessante, porque julga os processos disciplinares, como as punições e as condenações, dos advogados do Brasil inteiro. Então, eu integrava essa comissão. E aí, terminava a primeira composição, e mais uma vez o Joaquim [de Arruda] Falcão [Neto] entrou na minha vida. Ele me chamou, com aquela conversa mole dele, com aquela conversa inteligente e sedutora: “Quem sabe... Você conhece o CNJ<sup>17</sup>. O CNJ é isso, é aquilo e tal. Por que você não vem para cá? Vai ter uma vaga agora da Ordem”. Ele me seduziu, pela segunda vez, para eu reingressar na vida pública. E eu achei... gostei da ideia e me candidatei no Conselho Federal – eu era conselheiro –, me candidatei...

**Tânia Rangel** - A OAB, nesse momento, costumava fazer processo interno de eleição? Como era feito isso?

**Técio Lins** - Sim, sim. Abre a inscrição, as pessoas se candidatam, quem quiser ser, e o Conselho vota. Faz uma sabatina...

**Tânia Rangel** - A votação é feita pelo Conselho Federal?

**Técio Lins** - Pelo Conselho. O Conselho Federal é que faz. Então, se inscreve... Eu me inscrevi, juntei meus documentos; outros tantos advogados se inscreveram, inclusive o que era conselheiro, que...

---

<sup>17</sup> Conselho Nacional de Justiça.

**Tânia Rangel** - Paulo Lôbo.

**Técio Lins** - Não, eram dois: o Paulo Lôbo...

**Tânia Rangel** - E o Oscar [Otávio Coimbra] Argollo.

**Técio Lins** - Os dois foram candidatos à reeleição. O Paulo Lôbo se candidatou e o Oscar Argollo se candidatou, me candidatei, outros advogados de outros estados se candidataram, fomos submetidos a uma sabatina perante o Conselho, com perguntas e respostas, e o Conselho então votou. Fui o mais votado. O Paulo Lôbo empatou com o Jefferson [Luís] Kravchychyn, que hoje é... que, na composição seguinte, se candidatou novamente e foi eleito. Empatou. Como [o Paulo Lôbo] era mais velho, tinha a inscrição mais antiga, ele então foi reconduzido. E fui o mais votado. E o Oscar Argollo não teve votos para... enfim, não foi eleito. Então, fomos eleitos o Paulo Lôbo e eu. Na composição... fui eleito e o Joaquim foi reconduzido pelo Senado.

**Tânia Rangel** - O senhor, no livro *Do outro lado da tribuna*, apresenta a carta que o senhor fez para os conselheiros, para defender...

**Técio Lins** - Eu me comprometi que não disputaria a reeleição, que era por um mandato só.

**Christiane Jalles** - Por quê?

**Técio Lins** - Porque eu achava, em primeiro lugar, que esse... O exercício dessa função dá impedimento para o exercício da advocacia. Você tem que ter dedicação exclusiva, fica proibido de advogar, você se licencia da advocacia. Então, eu admitia que o licenciamento da advocacia, que é a minha atividade principal, não poderia ser por mais de dois anos, porque essa é a minha atividade. Eu teria que ficar quatro anos e voltar para retomar a advocacia. Era muito tempo. E para dizer aos colegas que quem quisesse, quem tivesse pretensão poderia esperar apenas dois anos, como foi o caso do Jefferson, que depois se candidatou e depois se... E os dois outros da Ordem se... Foram para a reeleição: o Jefferson alega que já estava meio aposentado na advocacia, porque os filhos é que tratam, poderia ficar mais quatro anos que não tinha importância, porque ele já tinha... e o outro não tem uma atividade de advocacia como principal. O outro é dono de um curso preparatório para concurso, então, não é a atividade principal, a advocacia, e sim... Enfim, cada um é que sabe da sua vida. Então, eles se candidataram e foram reconduzidos. Acho que a representação da

Ordem, a representação da advocacia, ela tem que ser transitória e por dois anos. Acho que não é bom ficar quatro anos. Acho que tem que renovar. Eu sou contra a recondução dos advogados. Sou contra. Acho que tem que dar oportunidade para advogados de outros estados, para outros advogados. Acho que é mais saudável. Isso não vale para a representação do Senado. O Joaquim, acho que foi um... Eu torci pela sua recondução. Depois trabalhei... Do Ministério Público, também, trabalhei pela recondução dos membros do Ministério Público que estavam na nossa composição, porque achava que era importante eles continuarem, para a manutenção de uma linha. Mas, para o advogado... Isso portanto estou falando apenas do representante da advocacia. Acho que o representante da advocacia tem que ficar dois anos. Na verdade, acho que o ideal seria: três anos para todo mundo, proibida a recondução. Acho que seria mais ideal, três anos, sem recondução, do que dois, permitindo quatro. Acho que seria mais razoável. Mas, enfim... Então, ideologicamente, sou contra a reeleição.

**Tânia Rangel** - E a eleição, no Conselho, ela é feita com voto aberto ou fechado?

**Técio Lins** - O Conselho tem essa tradição horrorosa de fazer as suas votações fechadas, secretas. A Ordem exige que os tribunais votem aberto, desde a Constituição. Nós, no CNJ, anulamos eleições fechadas.

**Christiane Jalles** - O senhor chega a mencionar esse fato no livro, também.

**Técio Lins** - Nós pugnamos pela eleição aberta. Se o desembargador vai promover um juiz, ele tem que votar aberto; se vai escolher a lista do quinto que vem da Ordem, ele tem que votar aberto. Nós pugnamos isso e anulamos e somos contra, mas não praticamos isso. A escolha do quinto dos tribunais é feita secretamente. Não tem sentido isso. Uma vez eu questionei... Na época, o presidente da Ordem era o [Raimundo] Cezar Britto [Aragão], que teve um comportamento horroroso, porque, quando terminei o mandato, ainda tinha mandato, ele não permitiu, ele entendeu que eu tinha renunciado ao mandato e impediu o meu retorno, por uma questão apenas utilitarista, porque diziam que eu seria candidato. Ele tinha medo que eu fosse candidato a presidente da Ordem, então, queria... Enfim, por uma coisa absolutamente repugnante, miúda, mesquinha. E eu disse a ele: “Mas eu, lá, defendo a votação aberta. Você é presidente da Ordem, por que você não põe a votação, aqui, aberta em todas as questões?” “Não, veja, é melhor que seja secreta porque, se a gente vota, o sujeito vai para o Tribunal, vai ser juiz, e se você não votou nele e ele ganha e vira juiz, ele vai te perseguir.” Eu disse: “Não repita isso. Não repita essa idiotice nunca. Não diga isso”. Depois passaram... Agora é aberta. Mas é aberta... É mais ou menos aberta, porque é aberta sem...

Dá o voto da delegação aberto, mas não é o voto individual aberto. Então, só fica sendo aberto o voto do membro nato, porque ele é único. Aí, “o voto do fulano é aberto”. Mas o da delegação... É o voto da delegação que se abre: “A delegação do estado tal votou assim”, quer dizer, pelos três.

**Tânia Rangel** - Mas sem fundamentação ou com fundamentação?

**Técio Lins** - Não, sem fundamentação nenhuma.

**Christiane Jalles** - Só vota.

**Técio Lins** - Sem fundamentação nenhuma. Para manter escondido, para ficar macaco escondido com o rabo de fora, para não assumir, para não colocar a cara. Isso é muito feio. Acho que isso é um defeito congênito nessa estrutura da Ordem que tem que mudar. Então, hoje, é meio... é mais ou menos aberto. Então, você sabe que o estado do Acre votou...

**Christiane Jalles** - Em fulano.

**Técio Lins** - Votou em fulano, mas não sabe quem do estado do Acre. Foi dois a um, mas não sabe quem foi o voto vencido. E voltei para o Conselho, porque era um absurdo, era um absurdo. Enfim, foi uma coisa ignominiosa, uma coisa repugnante. E fiz um mandado de segurança e voltei com a liminar do mandado de segurança. E o presidente da Ordem e o seu advogado perderam o prazo, porque fizeram um agravo, mas entraram fora do prazo, o que daria um processo disciplinar: o presidente da Ordem perde o prazo num mandado de segurança feito contra ele. Ele e o advogado, os dois tinham que ir para o processo disciplinar. Perder o prazo?! Não há nada mais grave. Pois ele perdeu. O presidente da Ordem, Cezar Britto, perdeu o prazo no mandado de segurança que interpus contra ele. E ganhei, porque ele perdeu o prazo. Ganhei. É isso. Então são essas coisas. A Ordem tem esse defeito de... Na cúpula, é uma corporação com uma democracia interna de... com duvidosas regras democráticas, porque ali...

**Tânia Rangel** - A própria eleição do presidente é feita pelo Conselho; não é feita pelos advogados.

**Técio Lins** - A eleição é indireta. Enfim, é muito complicado. E a própria lei... A lei, literalmente... Quem vota no presidente é o Conselho que está saindo. Precisou haver uma interpretação, uma resolução para dizer: “Não, não, quem vota é o Conselho que entra”. Enfim, é uma coisa de tal maneira corporativa, no sentido da corporação fascista, que diz mal da instituição.

Digo isso publicamente, digo isso porque esse é o meu sentimento, digo isso em nome da democracia, digo isso em nome da transparência, do exercício de uma representatividade decente, limpa, sem essas artimanhas de manutenção de poder. E acho que isso tira da Ordem, hoje, tira da Ordem parte da sua credibilidade. Outro dia, o presidente do Supremo Tribunal Federal, numa posse, deu a palavra a um advogado que não era membro da Ordem e ao presidente da Ordem. Foram dois advogados falando. O presidente da Ordem foi, protestou, porque ele é que representava; porque tinha um estranho falando. Uma coisa feia, também, passou um recibo público. E o ministro [Antonio] Cezar Peluso brincou, não, “o senhor é o representante dos advogados e o outro é o representante dos espíritos livres”, e deu uma gargalhada. Quer dizer, se submeteu a um constrangimento. Mas, enfim, é parte um pouco dessa... Era inimaginável, na gestão do Raymundo Faoro, alguém fazer isso, porque ele tinha uma...

**Christiane Jalles** - Posso voltar à sabatina? O senhor falou que houve uma sabatina. O senhor se recorda de alguma das questões que...?

**Técio Lins** - As perguntas eram genéricas. Havia um candidato que impugnou a minha candidatura, sob o fundamento de que eu era conselheiro e que, portanto... E perdeu de zero. Todos no Conselho entenderam que uma coisa não impedia a outra e ele teve zero votos. Foi candidato e ninguém votou nele, não teve nenhum votinho.

**Christiane Jalles** - Nem ele mesmo.

**Técio Lins** - Não, ele não era eleitor, porque ele não era conselheiro. Mas era o seguinte, porque ele pensava qual era a função da Ordem, do advogado no CNJ, um pouco...

**Tânia Rangel** - E, nessa época, o senhor respondia o quê?

**Técio Lins** - Eu respondia que era para ajudar no controle... nesse sonho do controle externo da magistratura, de acabar com essas ilhas. Que é o que continuo pensando. O Conselho tem um papel... Eu diria que a nossa composição, que foi a segunda e, portanto, estava tudo muito tenro, muito novo, iniciando... Foi a segunda ou a terceira? Agora...

**Christiane Jalles** - Foi a segunda.

**Técio Lins** - Foi a segunda? Foi a segunda. Então... Porque...

**Tânia Rangel** - Na verdade, vocês tiveram dois presidentes.

**Técio Lins** - Porque, como não coincide com o mandato... dá a impressão de ser... Porque começa com um corregedor e muda para outro; começa com um presidente e muda... Sempre muda. Tive essa pequena... me deu esse lapso, porque entrei com a ministra Ellen Gracie [Northfleet] e saí com o ministro Gilmar [Ferreira] Mendes, então... E antes tinha sido igual, havia dois presidentes. E dois corregedores, primeiro o [Francisco] César [Asfor] Rocha e depois o Gilson [Langaro] Dipp, então, fiquei... Mas não é. É porque dá a impressão, pela composição. Mas a segunda composição, de que eu participei, foi uma composição bem interessante, porque ela... Os membros divergiam com frequência e muito, mas havia uma fraternidade, havia um sentimento de colegiado interessante e que ajudava bem nas decisões.

**Christiane Jalles** - As divergências eram em relação a quê?

**Técio Lins** - As divergências eram ideológicas, em relação às corporações. Os juízes são extremamente corporativos, extremamente corporativos. Eu me lembro... Dou um exemplo. O Conselho não julga matéria jurisdicional, não é isso? Não julga. Matéria jurisdicional, se você está insatisfeito com a decisão, recorra. O Conselho não é o lugar para você dizer: “Olha, o juiz julgou mal, julgou errado”. E não raro vem alguma coisa e você diz: “Não, espera, isso aqui é ato judicial. Se o juiz fez isso, é por que achou que era assim. Julgou mal, julgou errado, mas tem recurso, vá para o Tribunal, faça uma apelação, um mandado de segurança ou o que seja”. E então, muitas vezes, vinham questões que eram questões jurisdicionais. Mas, por exemplo, uma vez, um juiz... Um caso de Anápolis, com o dinheiro depositado em Curitiba. Um advogado foi a um juiz no interior da Paraíba, pediu uma liminar no sábado e ele deu um alvará para levantar um dinheiro que estava na Paraíba, quando a ação era em Anápolis. Um negócio assim. Ou seja, o sujeito não agiu como juiz; ele agiu como um membro da quadrilha, para levantar o dinheiro para dar um golpe. Não era jurisdição. Isso não é jurisdição; isso é fraude à jurisdição. Ele não agiu como juiz; ele agiu como um criminoso. E ele foi punido com uma pena de advertência. E o Ministério Público recorreu, dizendo que aquilo era um escândalo, que era um fato gravíssimo e que ele tinha que ser aposentado, que é a pena máxima da Lei Orgânica da Magistratura. E a discussão era: “Se é ato de jurisdição, nós não podemos mexer nisso”. Eu disse: “Alto lá!” Então, em divergência com alguns juízes, prevalecia... Era quase no grito. A indignação minha foi tamanha que... É claro que parte dos próprios juízes entendeu que aquilo não podia ser considerado um ato de jurisdição. E alguns queriam dizer... “Não, não podemos... Tem que deixar como está. Nós não somos competentes,

porque o juiz praticou um ato de jurisdição”. Falei: “Não praticou um ato de jurisdição; ele praticou um ato criminoso, usando a toga, quando ele não era competente, quando ele não era juiz do caso, quando ele não era nada, ele era apenas um membro da quadrilha, para levantar um dinheiro e obter um ganho”. Porque havia a quadrilha que fazia isso, era comum. Isso acontecia. E ele foi aposentado. Então, isso é um exemplo extremo, mas nas questões corporativas... Então, havia sempre... São quinze, então, é comum ter o resultado oito a seis. O presidente não votava; só em caso de empate. Agora, parece que vota. Parece que agora vota. Mas era muito comum você ver oito a seis, oito a seis, oito a seis. O que são os votos, oito votos e seis? Os seis são: dois advogados, dois representantes da sociedade civil e dois do Ministério Público. São os seis. Porque os outros são juízes. Então, era muito comum ter esse voto de bancada. Os juízes pensavam nas questões relativas à Justiça, à relação da corporação, e tendiam a ser corporativos. E a luta nossa, dos não juízes – e acho que tinha que ser um equilíbrio, acho que tinha que ser paritário, mas isso é uma outra história –, a nossa luta era pressionar, era ganhar, era quebrar esse... E a gente conseguia quebrar. E a nossa composição conseguiu fazer muitas vezes isso, fazer com que alguns juízes quebrassem essa coisa do voto de cabresto.

**Tânia Rangel** - Bom, estávamos falando dessa divisão, frente à origem dos membros da magistratura, porque você tem: a presidência composta pelo presidente do Supremo; a Corregedoria, indicado pelo STJ<sup>18</sup>; e depois você tem representantes dos tribunais superiores e dos tribunais, vamos dizer assim, regionais, porque aí entrariam os Tribunais de Justiça, e a magistratura de Primeira Instância. Havia, nesse lado corporativo, em algum momento, conflito de interesses entre a magistratura de Primeira Instância e a magistratura superior, e como que se dava essa relação entre eles, vocês de fora conseguiam perceber isso, havia demonstração disso?

**Técio Lins** - Não, isso é... esse é um dos defeitos do CNJ<sup>19</sup>, é essa formação com a cara da jurisdição, com a cara da Justiça e com as suas qualidades, as suas virtudes e os seus defeitos. Por exemplo, a formação da bancada, que é aquele “U”, com o presidente na cabeceira e aquelas duas pernas: nos tribunais, a gente identifica o juiz mais jovem, que é o que está mais longe do presidente, é o que está na ponta, é o mais moço. É assim no Supremo. Em qualquer tribunal, se você entra num tribunal e quer saber quem é o juiz mais velho... “Quem é o juiz mais novo aqui?” É o da ponta. Porque ele senta na ponta. Ele vai se aproximando. Como é que se senta, no CNJ? Tinha que ser uma coisa... cada um senta onde quiser, ou tinha que sortear o lugar... Tinha que ser uma coisa... Não. Senta, junto do presidente, o ministro do STJ; em frente, senta o ministro do

---

<sup>18</sup> Superior Tribunal de Justiça.

<sup>19</sup> Conselho Nacional de Justiça.



Tribunal Superior do Trabalho; sentam o desembargador estadual e o desembargador federal; sentam o juiz federal e o juiz estadual; o juiz do trabalho e o juiz... o juiz estadual e o juiz do trabalho; aí vem o Ministério Público, um de cada lado; o advogado, um de cada lado; e os últimos, os representantes da sociedade civil, lá, pendurados no final da mesa, o representante do Senado e o representante da Câmara. E o presidente está presidindo e vai fazer xixi, pede para se levantar, porque vai ao banheiro, porque bebeu muita água. Quem assume? É o ministro do STJ, que é o mais próximo. Mas o ministro saiu também, porque bebeu muita água, foi também fazer xixi, e então assume o ministro do TST<sup>20</sup>, que é outro ministro. E se for o próximo, porque está impedido, é o desembargador. E eu dizia que eu e o Joaquim [de Arruda Falcão Neto], que sentávamos na beirada, só presidiríamos no dia que houvesse um almoço em que todos passassem mal e que todos saíssem e ficássemos nós para presidir. Mas aí não teria quórum.

**Christiane Jalles** - Não poderia abrir a sessão.

**Técio Lins** - Então, que nós nunca presidiríamos, porque íamos sempre... Reclamei, brinquei, sempre registrei o absurdo que é essa composição por hierarquia. E ali, o sujeito chega... Ali, são todos conselheiros iguais, todos são membros igualmente... Cada um com a sua representatividade, mas iguais. Mas não é na prática. Sentam hierarquicamente. Acho isso um defeito, um defeito congênito.

**Christiane Jalles** - Quando o senhor chegou lá, já estava essa organização?

**Técio Lins** - É assim desde o começo. É hoje e era ontem e continua sendo assim. É assim. E sempre me bati. Tanto que na última sessão, de brincadeira, a Andréa [Maciel] Pachá, que era juíza estadual – do Rio [de Janeiro] até, na representação, nessa composição, de juíza estadual –, estava terminando [a sessão], o ministro [Gilson Langaro] Dipp que estava presidindo... “Não, não termina, não. Deixa o Técnico presidir, porque ele reclamou tanto que não presidiu, coloca ele para terminar.” E me chamou. Havia um clima, nós tínhamos um clima muito harmônico e muito simpático. E o ministro me chamou para terminar. Foi a penúltima sessão, a sessão da manhã, porque à tarde foi a última, e me sentei e presidi a sessão. E fiquei ali... “Está encerrada a sessão.” Então, na última, realmente, na sessão da tarde, quando estava o ministro Gilmar [Ferreira] Mendes e estava terminando, era a última sessão, cada um pediu a palavra para se despedir, fiquei por último, e olhei assim, fitei o ministro Gilmar – ele faz aquelas caretas – e disse: “Senhor presidente, na qualidade de seu colega” – ele olhou, assim –, “ex-presidente do Conselho Nacional de Justiça”,

<sup>20</sup> Tribunal Superior do Trabalho.



ele enlouqueceu, “que presidi quinze minutos na parte da manhã” – aí foi uma gargalhada –, “quero o meu retrato como ex-presidente na parede”. Para registrar, com a arma do humor, a minha insatisfação em relação a essa coisa. Esse defeito da hierarquização poderia ser atenuado, se misturassem os dados, se cada um se sentasse... se não tivesse a formalização e o mais... Por que o ministro que o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho é mais importante do que eu? Porque ele é ministro? Ele é conselheiro e eu sou conselheiro, nós somos iguaizinhos.

**Tânia Rangel** - O voto vale a mesma coisa.

**Técio Lins** - O mesmo voto. Por que o voto do representante da sociedade civil, que fica lá na cabeceira da mesa, vale menos que o voto do desembargador? E a ordem de votação obedece a esse critério. Como é que você vota, no Tribunal? Você vota nessa ordem de antiguidade. E é assim. Então, se eu voto aqui, o seguinte vota, o imediatamente... Então, tem essa hierarquia na votação, também. Acho isso ruim, acho isso um defeito. O outro defeito, que é da natureza humana, são os anseios. Quer dizer, a Justiça é hierarquizada, ela tem essa disciplina, então, às vezes, o sujeito vai para lá porque ele quer ser ministro do Superior Tribunal de Justiça, ele quer ser desembargador federal, ele quer ser desembargador estadual, ele quer ser ministro do Supremo, ele quer... Então, e você tem a questão da... Ele não pode ser totalmente... Ele pensa, às vezes... Felizmente, na nossa composição não tinha muito isso, não, as pessoas eram bastante independentes. Mas o que pode acontecer? O sujeito tem a sua pretensão, então ele não quer desagradar ao outro porque ele vai ter dificuldades na carreira. Esse é um defeito congênito, mesmo, porque esse é da formação, é um pouco dessa formação. Isso seria bom que mudasse. Acho que uma das formas de mudar seria o local de sentar, seria colocar o ministro para sentar na ponta, misturar, embaralhar esse jogo.

**Christiane Jalles** - Esse jogo, de alguma forma, foi embaralhado com a presença da Ellen Gracie [Northfleet] na presidência? Afinal, uma mulher na presidência. Ou não, a questão de gênero não influenciou nada?

**Técio Lins** - Absolutamente nada. Zero. Ela é muito educada, presidia com muita elegância. Não mudou nada.

**Christiane Jalles** - Nenhuma demanda própria da questão de gênero, das questões das mulheres?

**Técio Lins** - Eu diria que não.

**Christiane Jalles** - Também não.

**Técio Lins** - Eu diria que não.

**Christiane Jalles** - Ou a forma de gestão dela...

**Técio Lins** - Aí o estilo...

**Christiane Jalles** - ...dela para os demais.

**Técio Lins** - Ah, sim! É diferente, o dela, foi diferente do outro, que foi diferente do outro, que é diferente, hoje, do... É o estilo de cada um. Sem dúvida é diferente. Ela tinha um estilo e o Gilmar tinha outro estilo. É um estilo que o sujeito impõe. É uma estrutura presidencialista, então cada um impõe o seu estilo. O Gilmar é mais agressivo, mais autoritário, digamos assim, às vezes trazendo uma portaria pronta e a gente lia no *Diário Oficial*. “Espera aí, mas não votei isso.” Ele usava o poder bastante, assim, nessa coisa de achar... É aquela coisa: “Eu sou presidente do Supremo, por que não posso baixar uma portaria?”. E muitas vezes... Então, tínhamos dificuldades com ele nessa questão da hierarquia, porque ele fazia valer a hierarquia de presidente do Supremo, quer dizer, como se fosse... Então, tinha um pouco isso, sim. Ele tinha um pouco isso. Eu me lembro que uma vez...

**Christiane Jalles** - E com a Ellen, não?

**Técio Lins** - Com a Ellen, menos. Talvez por ela ser mais discreta e se envolver menos. O estilo dela era mais...

**Tânia Rangel** - Na época da Ellen, quem era o secretário-geral do Conselho?

**Técio Lins** - Foram tantos e tão variados que não sei. Mudava tanto que não me lembro. Não me lembro.

**Tânia Rangel** - E com o Gilmar, também mudou muito?

**Técio Lins** - Com a Ellen, inicialmente, era o Tejada. Com a Ellen, no começo, era o Tejada. O Tejada era um juiz de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

**Tânia Rangel** - Sérgio [Renato] Tejada [Garcia], não é?

**Técio Lins** - Sérgio Tejada. Ele já estava lá. Foi com a Ellen. Levado por ela, talvez. Ele ficou lá uma temporada e depois saiu, e vieram outros. Quando assumi, era o Sérgio Tejada, exatamente, de Minas Gerais. Depois vieram vários. Depois, com o ministro Gilmar, tinha um que era um juiz de Brasília; depois... Foram vários, vários. Mudou muito. É difícil dizer. Teve um que ficou pouco tempo lá, se indispôs; depois veio outro, que ficou mais tempo... Mudou. Os secretários mudaram, e era um pouco o estilo do presidente, também. Ali é uma estrutura presidencialista e acaba sendo... o estilo do presidente acaba influenciando um pouco o próprio...

**Tânia Rangel** - Qual era a infraestrutura, quando você chegou ao Conselho?

**Técio Lins** - Era zero. Era péssima. Ainda é uma sala... Agora aumentou um pouquinho. É uma sala mínima, um gabinete mínimo. Há uma luta idiota, mas que se entende: os servidores do Supremo não gostam do CNJ, que ocupa um espaço do Supremo. Alguns ministros do Supremo se sentem incomodados pelo fato de o CNJ estar dentro do Supremo.

**Tânia Rangel** - De que forma que esse incômodo se manifesta, ou como o senhor percebeu esse incômodo?

**Técio Lins** - De você, por exemplo... Quando cheguei lá, meu gabinete não tinha uma mesa como essa, uma mesa redonda para eu sentar. Tinha uma mesa, a cadeira e não tinha mais nada. “Quero uma mesa para pôr os processos, para receber uma pessoa, para consultar uma coisa.” Então entrei lá... Saí procurando, entrei no gabinete do Joaquim, que dividia... Ele, na composição anterior... Era tão pequeno que ele tirou a parede, tirou aquela divisória, e ele usava... O gabinete era duplo, eram ele e o Paulo Lôbo. Para ficar maior, ele tirou a parede e os dois compartiam o mesmo espaço. E tinha uma mesa, uma mesa redonda no canto, e perguntei à assessora dele na época: “Essa mesa aí, o conselheiro Joaquim usa?”. “Não, ele não usa. Essa mesa aqui está encostada.” “Posso usar?” “Quer? Pode levar.” E levei, me apropriei da mesa do Joaquim. Mas não tinha cadeira. Aí, houve uma sessão... Um dia, houve uma sessão em que puseram uma porção de cadeiras, porque a sala de reunião era muito pequenininha – agora fizeram uma reforma e há uma sala maior –, era muito pequenininha, e havia umas cadeiras. Quando terminou a sessão, aquelas cadeiras estavam lá... Eram aquelas cadeiras de plástico, aquelas de empilhar. Peguei quatro cadeiras e levei para a minha sala. Veio lá uma servidora e disse: “Olha, o senhor tem que devolver essas cadeiras, porque essas

cadeiras são do Supremo”. Eu disse: “Mas eu não tenho cadeira aqui e essa cadeira vai ficar empilhada, então vou usar a cadeira, a cadeira vai ficar aqui”. “Não, mas a cadeira... Não pode.” Depois, ela veio... “Não, é o seguinte, a ministra Ellen está pedindo a cadeira de volta”. Eu disse: “Não acredito que a ministra... que a presidente do Supremo esteja preocupada com quatro cadeiras que peguei para colocar na minha sala. Não acredito. Então, a senhora vai dizer para a ministra Ellen para ela vir buscar a cadeira aqui, porque só entrego a ela”. Evidentemente que ela não estava pedindo cadeira nenhuma. Ela nem sabia disso. Mas essa coisa... “A senhora diga...” E a mulher ficou me olhando... “Trata-se de um louco, não é?” Porque ela achou que eu não fosse... “Ah, a ministra Ellen quer? Então pode levar.” “Então a senhora diga à ministra Ellen que as cadeiras estão aqui, mas só entrego a ela. Ela tem que vir buscar. Aí eu entrego.” Ela foi embora e voltou... “Se eu trazer uma outra cadeira e puser no lugar, o senhor...?” “Não, a senhora pode trazer. Pode levar essa cadeira, desde que ponha outra.” Ela trouxe uma com o espaldar alto; a outra era menor; uma tinha braço; a outra não... Trouxe as quatro cadeiras diferentes, catou em algum lugar, acabou. Levou as cadeiras do Supremo. Então era nisso. É assim. A coisa é no...

**Tânia Rangel** - É no detalhe.

**Técio Lins** - ...é no papel higiênico, é no sabonete do banheiro. É uma coisa inacreditável. É até hoje. Alguns ministros do Supremo Tribunal Federal ainda se incomodam com a presença do CNJ lá. O espaço era mínimo. E tinha o quê? Tinha direito a um assessor.

**Tânia Rangel** - Por gabinete?

**Técio Lins** - Por gabinete. Um assessor, que é recepcionista, telefonista e serve café, serve água. Depois puseram... tinha direito a um assessor e a um estagiário. Então vinha lá um estagiário. Tinha um estagiário, que fazia às vezes... O que fazia o estagiário? Acabava servindo café, atendendo a porta, fazendo o serviço...

**Christiane Jalles** - Quem o senhor chamou para a sua assessoria?

**Técio Lins** - Deixa só eu terminar aqui.

**Christiane Jalles** - Sim.

**Técio Lins** - Só para dizer como é hoje. Hoje, tem mais um, tem mais um secretário, e o espaço é o mesmo. Então, é uma sala mínima que tem quatro pessoas. Você se esbarra... É uma coisa inacreditável, porque o espaço é mínimo. E até hoje não tem sala de advogado. O Conselho tem quantos anos?

**Christiane Jalles** - Já existe desde 2005.

**Técio Lins** - Sete anos?

**Christiane Jalles** - Sete anos.

**Técio Lins** - Não tem sala de... O que reclamei, o que falei, o que tentei... “Ah, e essa sala?”. Tinha uma sala, “ah, essa vai ser a sala”. Então a diretora... “Aqui é a sala dos advogados”. O Supremo... alguém do Supremo soube... “Não, sala dos advogados não”, e usaram lá com alguma coisa. Não consegui e até hoje a Ordem<sup>21</sup> também não conseguiu, até hoje... O Supremo tem sala de advogados. Todos os tribunais têm uma sala de advogados, todos! O CNJ não tem sala de advogados. Criaram uma sala de advogados nos dias de sessão, não sei se era dentro... Lembra? Um negócio que não funcionou, porque era um lugar... O sujeito tinha que entrar na sala do plenário... Então, até hoje não tem sala de advogados. Então, funcionava dessa maneira. Encontrei uma assessora que já era assessora...

**Tânia Rangel** - Ela era assessora de quem?

**Técio Lins** - Do [Oscar Otávio Coimbra] Argollo. Porque eu... Porque aquilo, como se diz, você recebe os processos da cadeira. Na Justiça, você recebe o acervo daquele que você substitui. Então, recebi os processos dele. Entreguei o meu gabinete com zero processos, zero, nenhum. Despachei todos os processos. Alguns estavam em diligência, dependiam, estava correndo o prazo para... mas não deixei nenhum processo pendente, nenhum, julguei todos os processos. Zero. Acervo, zero... Concluso ao conselheiro: zero. Recebi alguns lá. Não recebi muitos, mas havia um acervo. E recebi essa moça, que estava lá e já tinha alguma experiência, o estilo evidentemente era diferente, e fui tocando com ela. Depois ela... Ela era servidora da Justiça do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e teve um convite para ir... Enfim, cansou. Porque, possivelmente, sou um pouco exigente e talvez... Enfim, ela quis sair de lá e achei ótimo. Saiu, e então procurei uma moça, e me indicaram uma moça que era assessora do Procurador-Geral há muitos anos, tinha muita experiência

---

<sup>21</sup> Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

de assessoria de processos na Procuradoria-Geral da República, era assessora do Procurador-Geral, já com muita experiência de lidar com todas as questões, e a levei para lá. Ela se exonerou da função, porque era um cargo de confiança, e foi trabalhar comigo. Dois anos depois, um ano e meio, porque a outra ficou um tempo – quando a outra saiu, ela assumiu –, eu saí e deixei-a lá, coitada, e ela ficou muito infeliz... e então a convidei para vir trabalhar comigo. Montei um escritório em Brasília e ela trabalha, hoje... Continuou trabalhando comigo, em Brasília, como advogada, coisa que ela não era. Ela era servidora há muitos anos, sempre no cargo de assessora, e hoje ela é minha colega de escritório, no escritório de Brasília, e lá está. É uma moça ótima, que aprendeu a lidar comigo, a trabalhar comigo, e assim foi. Defeitos do CNJ: essa hierarquização, essa coisa dos juízes; o local, essa questão com o Supremo, essa idiossincrasia com o Supremo... Eles têm, ali, essa disputa de espaço com os servidores, e o próprio Tribunal tem, ali... É tudo muito acanhado, em termos de espaço. Havia dificuldades até de carro, de coisa, “não, é do CNJ”. Então foi sendo estruturado. Não tinha carro, os carros tinham que ser compartilhados. Ainda são. Mas, enfim, foi melhorando, a infraestrutura foi melhorando. Hoje é melhor do que era na minha composição. E o prestígio do Conselho, que ele foi adquirindo perante os tribunais, da sua ação, acho que é construído dia a dia. E há uma resistência do Poder Judiciário, que é permanente, ao CNJ, porque o CNJ é, assim, o *ombudsman*, é o formulador. Porque o presidente de um Tribunal de Justiça ele... Dizem que o juiz pensa que é Deus e o juiz federal tem certeza. Essa é a diferença entre o juiz federal e o estadual. Então, eles são... O presidente do Tribunal, ele é um, o estadual tem um poder extraordinário, e o exercício desse poder é quebrado por um poder administrativo que pode dizer que o que ele fez foi errado, que pode dizer que as promoções não estão bem-feitas, que pode interferir na questão dos fundos, na escolha dos bancos, a gente lidou com isso, com a administração [de depósitos judiciais]. A Justiça hoje é riquíssima. De fundos, eles têm bilhões nos cofres. São bilhões. É uma coisa... As pessoas não sabem o tamanho do dinheiro que está nesses fundos. São bilhões, bilhões. Não são milhões, não.

**Tânia Rangel** - Esse fundo, só para deixarmos registrado, vai compreender todos os depósitos judiciais feitos.

**Técio Lins** - Todos os depósitos judiciais. E só aumenta.

**Tânia Rangel** - Porque a Justiça não anda, então eles não são liberados.

**Técio Lins** - Só aumenta, só aumenta, aumenta, aumenta, aumenta. E tem juros, e dá filhotes. Aquilo... E a Justiça usa. Por isso você vê, eles constroem, de repente, um prédio em um ano.

Quando você vai ver, de onde vem o dinheiro? É do fundo. Esses benefícios, essa coisa, “juiz recebe 100 mil, 400 mil, 300 mil”... E, muitas vezes, o presidente do Tribunal usa esses... essa coisa, faz um pouco... faz política.

**Tânia Rangel** - Recentemente, na semana passada, antes de o Conselho entrar de férias, houve um conselheiro que despachou falando que os juros desse fundo não são do Judiciário, que o Judiciário não pode usar isso porque isso é da parte.

**Técio Lins** - Pois é.

**Tânia Rangel** - E isso já deu um *auê* danado. Eles já estão loucos para voltar e tentar acabar com isso.

**Técio Lins** - Exatamente. Porque esse rendimento, eles usam, a Justiça usa.

**Tânia Rangel** - Nesse caso, o *lobby* era feito por quem, dentro do Conselho? Existia *lobby*?

**Técio Lins** - Parte, pelos bancos, porque às vezes mudava o banco – eu vivi essa questão –, até de ser banco privado ou ser banco público, banco estatal. Porque a lei, o Código de Processo Civil, fala que é banco estatal, e houve uma emenda e introduziram um advérbio: os depósitos devem ser, vírgula, preferencialmente, no banco estatal... no banco, vírgula, preferencialmente, vírgula, estatal. Então, preferencialmente... É claro... Como você interpreta o preferencialmente? “Preferencialmente: pode ser um ou outro.” “Não, preferencialmente é por que, se tem dois, é ele; se não tem nenhum, então pode ser o outro, porque não tem o estatal naquela...” Então, é uma interpretação, pode ser qualquer um. E, às vezes, por interesse, porque o outro oferece maior rendimento. Mas isso tem que ser feito com licitação, e às vezes era feito por contrato. E o Banco do Brasil, que tinha a conta do Rio [de Janeiro], por exemplo, uma vez protestou, fez uma representação, porque tinham mudado ou estavam mudando para um outro banco. Então, tem o interesse do banco, o interesse das pessoas. Relatei primeiro proibindo de um estado, Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul, não me lembro... voltando para o banco estatal; depois, no Rio [de Janeiro], defendi a permanência no Banco do Brasil. Depois mudaram. Acho que depois tiraram. E o problema é que esse... É muito dinheiro e às vezes o presidente do Tribunal... Isso acontece. É isso que o Conselho hoje está fazendo e está essa luta para saber quanto ganham os juízes, para revelar, porque os auxílios de coisas, os penduricalhos que são colocados... E o presidente do Tribunal faz política – porque começa a dar, vai encher de dinheiro os seus juízes, com vantagens –

dessa dinheirama, que é um festival. E isso não é bom. Isso não é bom para a democracia e isso não é bom para a Justiça. Então, há a utilização disso para fins políticos, para fins... E já ouvi dizer: “Não, não posso falar mal desse... Porque comprei um apartamento para o meu filho graças à ajuda que tive. Porque recebi tanto dinheiro que agora eu tenho que ficar quieto. Não gosto dele, mas não vou falar”. E isso acontece. Quer dizer, as pessoas são compradas. Isso é da natureza humana. Então, isso é muito ruim. O CNJ está nessa luta, agora, da transparência, então, todos... O Colégio de Presidentes se reuniu para protestar, “não, não pode revelar o quanto ganha”. Não pode revelar por quê? São Paulo tinha o auxílio-voto.

**Christiane Jalles** - Que é uma maluquice.

**Técio Lins** – Auxílio-voto: o sujeito era convocado para auxiliar no Tribunal, o juiz de Primeira Instância, e ganhava por voto. Cada voto que ele dava... Ele vai lá no caixa – tinha um carnê, o carnê-voto –, “deu cinco votos”. E é claro que ele vai ficar votando naquilo que ele ganha. Porque, lá embaixo, ele já ganha para julgar qualquer processo. Ele julgar um ou julgar cem... Lá em cima, não. Então, é claro que ele vai gastar a sua energia para aquele voto que lhe dá... que ele ganha por voto. Auxílio-voto. E como é que paga? Pagava como verba indenizatória. Verba indenizatória não tem imposto de renda, não precisa declarar, não paga imposto de renda. Então, é uma maneira de você...

**Tânia Rangel** - E não entra no teto.

**Técio Lins** - E não entra no teto. Você fica fora do teto e não paga imposto de renda, não declara. Então é um escândalo! Isso é escândalo! Isso está errado. Então nós cassamos. Foi uma grita. São Paulo. Gritaram: “Não pode!”. Poxa! É um carnê, o cara vai lá no guichê, vai destacando o voto. Enfim, não é legal. Então, tem essas mazelas que são...

**Christiane Jalles** - Quais outros casos, assim, que o senhor considera importantes, nesse momento do senhor, que essa composição julgou?

**Técio Lins** - A nossa?

**Christiane Jalles** - É. Durante o período em que o senhor esteve lá, as coisas mais impactantes.



**Técio Lins** - Foram muitas coisas, muitas coisas. É difícil, assim, de supetão... Nossa! São dezenas...

**Tânia Rangel** - A gente pode ir por partes. Nessa questão administrativa, por exemplo... Tudo é administrativo, mas nessa questão de promoção, de remoção...

**Técio Lins** - Nós atuamos muito na moralização: na questão de promoções, na questão das listas, de ser transparentes, critérios... Tivemos muitos embates na questão dos critérios de transferências, de lutas de...

**Tânia Rangel** - E, nesse momento, como os juízes...? E, quando falo juízes, eu falo a magistratura como um todo, representada ali no Conselho. Como eles se comportavam?

**Técio Lins** - Acho que a nossa composição foi... A gente conseguiu ter... Eu não sei dizer. Acho que foi um milagre nós conseguirmos romper com essa barreira da corporação e, muitas vezes, termos a maioria para ações que, de certo modo, contrariavam interesses corporativos, como essa questão de São Paulo. Imagine o desconforto do desembargador, que era do Tribunal de São Paulo. Evidentemente, ele votou contra, mas...

**Tânia Rangel** - E nesse momento, quando ele é desembargador de São Paulo, votando uma questão do Tribunal de São Paulo, ele não se declarava impedido nem suspeito?

**Técio Lins** - Não. Não. Nunca aconteceu.

**Christiane Jalles** - Em nenhuma questão?

**Tânia Rangel** - E ninguém suscitava, também?

**Técio Lins** - Nunca ninguém suscitou, nunca vi. Nunca aconteceu. Não me lembro. Por ser do seu próprio Tribunal, não me lembro.

**Christiane Jalles** - Nem por ser da corporação? Por exemplo, a OAB apresenta uma questão...

**Técio Lins** - Não, não. Também não.

**Christiane Jalles** - Também não.

**Técio Lins** - Também não, também não. Defendi as questões da Ordem lá. Não. Também não.

**Christiane Jalles** - Chegou a ser contrário a alguma questão imposta pela Ordem? O senhor se posicionou em desacordo?

**Técio Lins** - Não. Acho que não. Acho que não.

**Tânia Rangel** - A OAB procurava o senhor para defender algumas coisas?

**Técio Lins** - Não. O presidente era, como eu disse, esse moço de Sergipe, que foi... Passei lá dois anos e nunca a diretoria me chamou para discutir a atuação da Ordem. Era o contrário: eu é que ficava dizendo o que fazia, eu é que... “Está aqui. Isso aqui é a minha prestação de contas, esse livro aqui.” Então, a Ordem nunca... A diretoria, nessa fase, esse presidente nunca quis saber. Ele ia lá... Faltava muito. Não ia, mandava alguém. Ele não ia... Faltava muito, ou ficava um pouco e ia embora, não tinha paciência, não ficava todo o tempo da sessão, faltava às sessões. Quando ia, ficava um pouquinho e ia embora, tomava o lanche e ia embora, não ficava até o final, nunca ficou, ou então mandava alguém da diretoria, que também ficava lá um pouquinho e ia embora. Uma vez, tive um... Uma vez, era uma questão de interesse da Ordem que estavam votando e o representante, que não era o presidente, estava presente e estava distraído, e chamei a atenção: “Olha, por favor, esse assunto é muito importante para a Ordem”. Não me lembro exatamente o que era. E... Não. Era custa, a questão das custas, que parte das custas vai para a Ordem, para a Caixa de Assistência, para a mútua dos advogados, para a mútua dos juízes, para a Associação dos Juízes. As custas que o cidadão paga são... têm lá uns centavos que são distribuídos, e dá muito dinheiro para todo mundo, não é?

**Tânia Rangel** - Claro.

**Técio Lins** - E essa é uma questão sempre delicada, porque há muitos interesses das associações que recebem, inclusive da Ordem. E eu disse: “Olha, estão aí...”. Era um assunto desses, e chamei a atenção e então ele ouviu e disse: “Que me perdoem, vou ser fuzilado na Ordem, mas acho isso um absurdo”. E tive que chamar a atenção. Falei: “Escuta aqui, não pedi a sua opinião. O senhor não está aqui para dar a sua opinião; o senhor está aqui como representante do presidente da Ordem dos Advogados, portanto, tem que defender a posição da Ordem. Não é dizer ‘a Ordem que me perdoe’. Eu posso dizer isso porque sou um delegado. Fui indicado para a representação da advocacia, mas

não represento, não tenho essa carga representativa. O presidente, não, ele está ali como presidente... Ele tem que defender... Ele não pode prevaricar e defender um interesse contrário à corporação que ele representa, que ele preside.” E isso gerou um mal-estar, porque tive que dar um chega para lá e dizer: “Não, meu caro, o senhor se abstenha de dar a sua opinião. O senhor está aqui como...” Porque era isso. Era uma coisa amadora, era uma brincadeira. Então eu, infelizmente, não tive, da Ordem, institucionalmente, nenhum apoio. Zero, zero. O que é que deve ter um representante da Ordem no Conselho? Um apoio institucional, uma sala na Ordem para despachar, para estudar os seus processos, um apoio de assessoria para ajudá-lo nos processos. Eu tive zero. Zero. Zero. E a Ordem tem poder, é forte, poderia colocar, naquele edifício imenso, uma sala e uma assessoria técnica para auxiliar o seu representante no Conselho na análise do julgamento dos processos. Zero. Isso nunca passou pela cabeça do presidente. Tinha uma cabeça pequena.

**Tânia Rangel** - E com a seccional aqui do Rio [de Janeiro], havia alguma interlocução?

**Técio Lins** - Não. Também não. Muito pouca. O presidente, na época, quando ele perdia... Quando ele pedia alguma coisa, representar por algum sentido e perdia, o Conselho não acolhia alguma coisa, ele ia para o jornal, dizia que era um órgão inútil. Ele não tinha a dimensão política do significado. Então, ele usava muito como se fosse um torcedor de futebol: o time perdeu, ele ia e espinafrava o técnico, sabe, uma coisa... Infelizmente. E quando o Conselho dava... então ele elogiava, “esse órgão extraordinário!”, quando o Conselho tomava uma atitude... Ele não tinha a dimensão da função do órgão. Enfim, havia coisas como... A Ordem pediu, por exemplo... Sou do Rio de Janeiro, então, o fato de as coisas serem do Tribunal do Rio de Janeiro, eu tinha a maior simpatia, mas eu julgava de acordo com a minha consciência, muitas vezes contra a administração. Na questão de promoção e remanejamento de juízes, ficava com os juízes que eram caluniados, que não eram protegidos ou que... Votava com a maior tranquilidade. E o Conselho tem uma certa simpatia na base dos desprotegidos. O juiz pagão, o juiz sem padrinho, gosta do CNJ, porque o CNJ é a esperança de que as coisas... Se estiverem erradas, ele tem a quem recorrer. Mas os apadrinhados não gostam, porque o CNJ tira o padrinho. É um órgão que pode ser mais isento, então impede esse compadrio. Tem essa contradição dentro da magistratura, que é muito clara. Quem não tem padrinho adora o CNJ; agora, os outros, têm horror do CNJ. Então, uma ocasião, eu tinha um processo... A Ordem pedia a suspensão dos prazos pois havia greve do Poder Judiciário e isso estava prejudicando os advogados, e pediu a suspensão do prazo. O Tribunal informou que não tinha greve nenhuma, que os funcionários não aderiram à greve, que a greve não estava prejudicando o trabalho e que a Justiça estava funcionando normalmente. Eu era relator de um processo, recebi um ofício do presidente do Tribunal pedindo o adiamento do julgamento porque a

greve o tinha impedido de apresentar os devidos esclarecimentos. Na mesma sessão. Quer dizer, a um conselheiro disse que a greve não impedia e a mim ele dizia que a greve... Uma coisa completamente surreal. E dei o adiamento. Uma hora depois, eles entram com um mandado de segurança com 150 folhas – que já estava, evidentemente, pronto – contra a minha decisão. Então, era um adiamento chicano, um adiamento para dar tempo de ir ao Supremo obter uma liminar. Foi uma coisa... além de mentir. Era o meu Tribunal, o Tribunal do meu estado, os meus amigos. E como é que faz? Não tive nenhuma dificuldade de denunciar e mandar instalar um procedimento disciplinar para submeter os que mentiram, que considereei que mentiram. E a Corregedoria instalou um processo e, provavelmente, deram lá uma explicação e ficou por isso mesmo. Mas tinha essas dificuldades. O Conselho da Ordem do Rio [de Janeiro] também era um pouco desengonçado nessa articulação. Muito desengonçado. Fiz alguns esforços de vir, de tentar a interlocução, de me colocar à disposição, mas não tiveram a capacidade de... Como de resto, também. Havia lá com o Paulo Lôbo. Os advogados custaram, acho, a entender, até enquanto eu estive lá, que aquilo é um espaço importante para a advocacia. Alguns outros estados... A Ordem de São Paulo, algumas vezes fui procurado, porque tinham interesses da Ordem, e nem sempre atendia, acolhia. E de outros estados, do Mato Grosso, enfim, do Piauí... Volta e meia vinham, por problemas das Ordens, e os presidentes me procuravam e eu fazia o que podia, se o interesse fosse legítimo. E quando não era, eu votava contra. Você perguntou se votei em alguma coisa contra a Ordem. Não contra o Conselho Federal, mas me lembro, por exemplo, que a Ordem de São Paulo, numa eleição, numa lista para o quinto, lista de desembargador, houve um problema com o Tribunal, o Tribunal devolveu a lista achando que os candidatos não eram dignos, não cumpriam as exigências, enfim, um impasse, e a Ordem foi ao Supremo e o Supremo negou. Depois, fizeram uma reclamação e duas vezes o Supremo... Foi submetida duas vezes a mesma questão ao julgamento do Supremo e o Supremo negou. Então vieram para o CNJ. E o presidente da Ordem me procurou, e falei: “Ah, meu caro, sinto muito, mas você foi ao Supremo, perdeu no Supremo duas vezes e agora vem querer que o CNJ diga que cassa a decisão do Supremo? Não. Nós somos contra isso. Não vou conhecer do seu...”. E obviamente tudo funciona aberto. Por quê? Porque o CNJ tem uma coisa que tinha que ter na Justiça inteira, que foi posta na lei, lá atrás, e julgada inconstitucional, e o CNJ pratica, que é o exercício da maior democracia do mundo, na atividade de julgar: no CNJ, o relator do processo, antes de o advogado ir para a tribuna sustentar o seu pleito, o relator dá o seu voto, faz conhecer a todos como ele vai votar, e se for de acordo com os interesses do advogado, o advogado abre mão da sustentação. Não é isso? É claro, não preciso falar, porque todos os meus argumentos foram acolhidos. “O senhor vai falar, doutor?” “Não, não. Abro mão.” E o regimento dá ao advogado o poder de... se, no curso da discussão, alguém divergir do relator, ele pode ir para a tribuna e sustentar e se fazer representar para sustentar. Isso é fantástico. Como é na Justiça? O voto do

relator é segredo, você vai e ninguém sabe. Então você sustenta, você não sabe o que o relator vai... Sustenta e, depois que você sustenta, o relator... Você não pode rebater. É como se fossem partes... como se o advogado não fosse elemento, como diz a Justiça, elemento “indispensável à administração da Justiça”. Ele está ali para ajudar. Então, se o relator dá um voto que contraria os interesses da parte que o advogado representa, é bom que o advogado, conhecendo o argumento, possa dizer: “Não, então o senhor está enganado, por isso e por aquilo”, e ajuda o julgamento. Não. O voto é secreto, não pode dizer. Surpreende o advogado. No CNJ, ele... E eu não tinha nenhuma dificuldade, eu dizia, sempre disse, “eu voto antes, eu entendo isso”. Porque todos eram obrigados a dizer publicamente, antes da sustentação, qual era a sua posição. A partir daí é que o advogado falava ou não. Se fosse a favor, não falava, evidentemente. Então, isso é uma prática interessantíssima. E algumas vezes a Ordem trazia um pleito que não tinha razão e eu, tranquilamente, desaconselhava.

**Tânia Rangel** - O CNJ, nessa segunda gestão... Porque a primeira gestão, ninguém sabia o que se esperar do CNJ, até que ponto ele, vamos dizer, daria certo ou não. Na segunda gestão, você ainda não tem a resposta total a essa pergunta, mas já tem um caminho. Porque, na primeira gestão, ele fala do nepotismo, ele fala do teto, ele fala de uma série de coisas, e, na segunda gestão, vai consolidando isso.

**Técio Lins** - Acho que a consolidação é se fazer respeitar perante os tribunais, é uma Corregedoria que começa a ficar mais atuante. Na primeira, não se tem notícia do resultado; depois ela foi tendo uma atuação, vamos dizer assim, mais presente. Então, fazer com que a Justiça assimilasse o Conselho, o CNJ, acho que esse foi o papel da segunda composição. Eu me lembro do Joaquim, que está sempre formulando, o Joaquim... “Nós temos que... Para o primeiro, foi o nepotismo, essa coisa de teto, foram coisas... Nós temos que ter uma meta”. Eu não consigo... Nesse momento aqui é possível até que a gente... Vou até perguntar ao Joaquim Falcão o que ele acha, trocar uma ideia com ele. Mas eu diria, sem me lembrar especialmente de algum marco, eu diria que foi a consolidação, a consolidação do Conselho, no sentido de estabelecer as suas questões, as suas normas. Na gestão do ministro Gilmar, a questão do respeito à liberdade. Houve algumas questões importantes de...

**Tânia Rangel** - Na questão prisional, ele foi muito atuante.

**Técio Lins** - Na questão prisional, o Conselho atuou muito: aqueles mutirões carcerários. O que saiu de gente que estava na prisão indevidamente... O Conselho atuou muito nessa área. Isso foi uma das coisas importantes. Outras... Essa parte técnica, essa parte de formulação, também.

**Tânia Rangel** - Na parte da informatização, teve algum...?

**Técio Lins** - A informatização, com certeza, também. Quer dizer, o Conselho já era, já estava num nível... O Conselho foi informatizado... A segunda gestão consolidou a informatização: eu tinha processo físico e depois só tinha processo virtual.

**Tânia Rangel** - Eletrônico.

**Técio Lins** - E essa gestão... A segunda composição trabalhou... concluiu a informatização, a virtualização do seu acervo, dos seus processos – os processos passaram a ser todos digitalizados, como são hoje. É claro que, no começo, era difícil, porque aqueles... Você não achava as peças, elas eram arquivadas com números enormes e, para você achar alguma coisa, tinha que ficar clicando. Enfim, com algumas dificuldades do próprio processo. Mas acho que a informatização do CNJ se deu na segunda composição, quer dizer, a conclusão. Isso estimulando... Trabalhando com o STJ, que também... depois, com o ministro [Francisco] César [Asfor] Rocha, que saiu da Corregedoria e foi presidir o Tribunal e implantou definitivamente a informatização. Acho que é isso. Quer dizer, ele se inseriu, ele criou um pouco de musculatura, ele cresceu, ele amadureceu um pouco, nessa segunda composição. E acho que vão ter... Daqui para frente e de lá para cá, acho que há momentos, não é, como uma onda, de altos e baixos.

**Tânia Rangel** - E a mídia, no CNJ? Como que o senhor via essa relação da mídia com o CNJ, na segunda gestão? Tinha jornalista que procurava, jornalista que assistia à sessão?

**Técio Lins** - Tinha. Tinha. Tinha. Tinha.

**Christiane Jalles** - Era um canal importante, às vezes, para convencer membros da magistratura?

**Técio Lins** - Acho que sim, sobretudo, por exemplo, o Conjur<sup>22</sup>, sobretudo os sites. O Consultor Jurídico, a revista *Consultor Jurídico* era muito atuante e muito presente no acompanhamento das questões, muito, muito. O *Consultor Jurídico* e outras mídias, também. Havia...

**Tânia Rangel** - Essa mídia mais nacional, de jornais, televisão...

**Técio Lins** - Também.

**Tânia Rangel** - E quais os *lobbies* mais fortes que o senhor viu no CNJ?

**Técio Lins** - As associações dos magistrados, sempre presentes.

**Tânia Rangel** - A AMB<sup>23</sup> ou várias, assim?

**Técio Lins** - A AMB, sempre muito presente. A AMB, em alguns momentos, parceira; em outros momentos, contra; algumas vezes, contribuindo e ajudando; outras vezes, atrapalhando, enfim, o que é absolutamente natural. A AMB, as outras da Justiça Federal, AJUFE<sup>24</sup>, outras entidades da magistratura federal, também, atuantes ali e sempre...

**Tânia Rangel** - A ANAMATRA<sup>25</sup>?

**Técio Lins** - A ANAMATRA, também. Todas. E muito dos cartórios: os notários, o foro extrajudicial...

**Tânia Rangel** - A ANOREG<sup>26</sup>.

**Técio Lins** - A ANOREG, é, os cartórios, os tabeliães e os registradores, muito presentes.

**Tânia Rangel** - O *lobby* deles acabava sendo maior que o da magistratura?

**Técio Lins** - Não sei se maior, mas...

---

<sup>22</sup> Refere-se ao site Consultor Jurídico – [www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br).

<sup>23</sup> Associação dos Magistrados Brasileiros.

<sup>24</sup> Associação dos Juízes Federais do Brasil.

<sup>25</sup> Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

<sup>26</sup> Associação Nacional dos Notários e Registradores.

**Tânia Rangel** - Apesar de que o conteúdo é... As questões do CNJ com o cartório são mais limitadas que em relação à magistratura.

**Técio Lins** - É. Mas muito presentes, também presentes e atuando.

**Tânia Rangel** - E a sociedade civil, ela se sentia... Ela tinha alguma porta, alguma associação que de alguma maneira a representava?

**Christiane Jalles** - Partidos...

**Técio Lins** - Os serventuários, os sindicatos dos serventuários atuavam também bastante, sindicatos dos servidores, dos serventuários de diversos estados, de cada um... Vinham muitos pleitos dos sindicatos, das associações de servidores do Poder Judiciário. Vinha muito pleito, muitas vezes atuando lá, sustentando e presentes. Os sindicatos, militantes sindicais da área dos servidores, dos funcionários.

**Christiane Jalles** - Além do campo jurídico, uma sociedade civil...

**Tânia Rangel** - Por exemplo, consumidor ou alguma coisa assim, nada?

**Técio Lins** - Notável, que eu notasse, não.

**Tânia Rangel** - Havia procura de algum parlamentar, algum outro órgão do governo, o TCU<sup>27</sup>, alguma coisa assim?

**Técio Lins** - O TCU, nunca vi. Parlamentares, sim, porque é uma prática comum. Às vezes... Enfim, as pessoas dos tribunais, do país inteiro procuram o parlamentar para pedir para atuar. Eram pedidos de audiência que muitas vezes... Muitas vezes, parlamentares manifestavam-se. Era discreto. Não era nada digno de muito registro. De vez em quando, eu próprio recebia algum parlamentar.

**Tânia Rangel** - Alguma interlocução com o Ministério da Justiça ou com alguém do Executivo, também? Ou não?

---

<sup>27</sup> Tribunal de Contas da União.



**Técio Lins** - Com o Ministério da Justiça, sim, com aquele pessoal de Secretaria Nacional de Justiça, de Reforma do Judiciário. Um pouco.

**Tânia Rangel** - E essa interlocução, como ela ocorria? Como ela se dava?

**Técio Lins** - Se dava ali...

**Tânia Rangel** - Vocês que os procuravam ou eles que procuravam vocês?

**Técio Lins** - De vez em quando, tinha uns convênios, umas coisas. Mais nos órgãos técnicos, de apoio. Quer dizer, eu próprio não lidei com isso.

**Christiane Jalles** - E as diligências? O senhor pedia uma diligência, e como é que se procedia?

**Técio Lins** - Nós usamos, o Conselho usa, a estrutura da Justiça Federal. Por exemplo, eu precisava intimar um desembargador que estava fugindo... que fugia, e pedi ao presidente do Tribunal que me desse o endereço da casa dele. O presidente do Tribunal me dizia: "Mas eu não sei onde ele mora." "O senhor não sabe?" "Não sei." "O senhor não sabe? O sujeito é desembargador, ex-presidente do Tribunal e o senhor não sabe?" "Não, não sei. Sinto muito, mas não sei onde mora." [Risos] Eu tinha, às vezes, esse tipo de dificuldade. Mas hoje em dia tem... Então localizou, encontrou de algum modo. Tem que intimar. Como é que faz para intimar? Então pedíamos ao juiz federal para fazer uma carta de ordem ao juiz federal da região, pedindo que o juiz federal cumprisse aquela determinação. Chama-se carta de ordem. Entre juízes de mesmo grau chama-se precatória: você depreca um juiz do mesmo grau para ouvir alguém no outro estado. Como há uma questão de hierarquia, porque o Conselho está acima, então você não depreca; você ordena. Então, chama-se carta de ordem, que o Tribunal faz para o juiz de baixo. E uma carta de ordem é para cumprir. O juiz manda cumprir, designa um oficial de Justiça. Uma ocasião, nesse caso, foi para a juíza. A juíza ligou e disse: "Olha, doutor, vai ser muito difícil, ele vai fugir, a gente não vai conseguir intimar. O senhor autoriza que a intimação seja feita depois das seis horas da tarde?" "Autorizo." Mandei a autorização e ela mandou o oficial de Justiça ir lá à noite, para pegar o sujeito em casa. E o sujeito ficou de plantão: sentou na portaria e ficou a noite toda, para esperar o sujeito sair. Porque ele mandou dizer que não estava em casa, e o oficial de Justiça sentou na porta e ficou esperando. Ficou lá 24 horas, esperando, ou 12 horas, até que de manhã o sujeito saiu e então recebeu a intimação. Então, essas dificuldades operacionais não são... são superadas com... porque a máquina da Justiça Federal presta o serviço, digamos, cartorário, de execução, ouvir testemunha, eventualmente. Então,

uma vez fui fazer. Tinha uma diligência para ouvir testemunhas e resolvi... Eu poderia fazer uma carta de ordem e pedir para o juiz federal local ouvir as testemunhas, mas achei que... Eu queria ouvir. Então fui e usei a estrutura da Justiça Federal: o diretor do fórum me cedeu uma sala com toda a infraestrutura...

**Tânia Rangel** - Com escrivão e tudo?

**Técio Lins** - ...com escrivão, com computador, com oficial de Justiça, para intimar as testemunhas, e usei a estrutura da Justiça Federal para tomar os depoimentos e depois vim embora.

**Christiane Jalles** - Se o senhor precisasse viajar, o Conselho daria a passagem, diárias, tudo isso?

**Técio Lins** - Sim, sim. Isso funcionava.

**Tânia Rangel** - O Conselho também tinha, nessa época, o costume de, antes de fazer a sessão pública, fazer uma sessão administrativa. Como eram essas sessões administrativas? Quem convocava? O que acontecia?

**Técio Lins** - A gente tinha, era uma rotina ter sempre, toda semana... Sempre precedendo as sessões de decisão, fazíamos uma sessão administrativa, que resolvia problemas administrativos, todos, tudo que possa ser imaginado, e, muitas vezes, questões relacionadas ao processo: “Olha, tem um processo difícil, como é que está, esse negócio está aí, é um assunto de...”. E a gente trocava ideias, o relator... “Não, eu acho...”. Uma vez, numa sessão administrativa dessas, eu disse: “Olha, eu neguei aqui, dei uma decisão assim”. Então um... Era um juiz de Primeira Instância. O sujeito disse: “Você não pode fazer assim! Você não pode decidir desse jeito!”. Logo no começo. Olhei para ele e disse: “Não posso?”. “Não.” “Então recorra, recorra da...” Ele ficou meio sem jeito, “não, desculpe, desculpe”. Então, a sessão administrativa não era para julgar nem resolver as questões, mas muitas vezes facilitava, porque acertávamos coisas da administração, dificuldades, projetos, e muitas vezes questões pontuais de decisão. Não que se decidisse e combinasse antes, mas... “Olha, tem uma questão tal, há muita reclamação, como é que a gente vai fazer, vai fazer sessão pública?” Eu me lembro, uma das primeiras decisões, logo na primeira sessão administrativa: “Nós vamos fazer secreta ou vamos fazer aberta? Como a gente vai lidar com...?”. Hoje, tudo é... Hoje. Depois definiu-se. Mas na época... “Não, é segredo de justiça...” “Não, vamos fazer aberta, acho que... O que vocês acham?”, com a ministra Ellen. “Não, não, vamos fazer uma sessão aberta. Acho que tem que ser aberta. E não se revela tais e quais dados.” Então, a

gente decidia e já entrava lá... “A sessão vai ser aberta.” Estava decido administrativamente, entendeu? Não ficava essa discussão pública. Por exemplo, um advogado... “Eu peço que seja secreta.” “Mas por quê?” “Porque tenho assuntos...” “Mas nada vai se revelar.” A ministra Ellen, muito elegante: “Mas nada vai ser revelado. Nada vai ser revelado que não se saiba, o senhor pode ficar...”. “Não, mas tenho assuntos que vou revelar.” Bom, aí, sessão secreta, as defesas foram feitas, era uma questão disciplinar grave, era um processo importante, e quando terminou... O sujeito trouxe lá, falou na frente da defesa e não falou nada que... E quando terminou... É claro que ninguém... Quer dizer, a acusação era pública, todo mundo sabia do fato, mas ninguém pôde ter acesso aos argumentos da defesa. Então a ministra Ellen disse: “Mas que pena, doutor! Defesas tão extraordinárias, advogados maravilhosos que ocuparam a tribuna, honraram aqui. Nós estamos todos embevecidos com a oportunidade de ouvir essas defesas. O senhor não trouxe nada de novo e o senhor impediu que o público, a imprensa tomasse conhecimento desse fato.” O sujeito ficou meio sem jeito e seguiu a sessão. Depois estabeleceu-se como rotina, e acho que é assim até hoje, mesmo nas questões disciplinares é aberto. Não tem mais o negócio de segredo, as sessões são o mais abertas possível, o que é uma boa prática, que tinha que passar para a Ordem, porque a Ordem continua fazendo, tomando decisões em caráter secreto, privado, algo que é horrível. Então, as sessões administrativas tinham essa finalidade. A outra coisa, também, que é... Enfim, acho que alguns tribunais hoje praticam, mas, enfim, lá se praticava o seguinte: no dia da sessão, os votos eram disponibilizados – hoje o STJ adota isso – no computador, ou na véspera. Então, eu sentava... Tinha a pauta, eu podia ver como o relator ia votar. Eu via o voto de todo mundo. Às vezes, alguém não colocava... “não disponibilizou o voto”, então havia uma pressão.

**Tânia Rangel** - Mas essa disponibilização era feita para todos os...?

**Técio Lins** - Interna.

**Tânia Rangel** - Ah, interna. Era isso que eu ia perguntar.

**Técio Lins** - Interna, era no computador. Só interna. Então eu sabia... E podia ler e dizer: “Não, espera, não concordo”, e me preparar para... ou para concordar ou para discordar. Era bom porque eu... “Puxa! Mas que absurdo!” Aí eu ia estudar e quando o cara lia o voto, eu estava... Eu sabia, já tinha tido tempo para me opor àquele... para poder contestar, não era surpreendido. Ou seja, eu não ouvia o voto pela primeira vez e estava tomando conhecimento. Não, eu tinha a oportunidade... Se eu não via, era um problema meu, se eu não lia os votos todos. O que dava um trabalho, porque a pauta era imensa. É claro que... Não dava nem tempo. Então, às vezes, eu selecionava as questões

mais banais... Às vezes, umas questões mais importantes você... “Esse tema aqui...”, então você tomava conhecimento.

**Christiane Jalles** - Além disso, encontros informais também eram momentos de, às vezes, decisão de consenso, almoços, jantares?

**Tânia Rangel** - Ou um conselheiro bater na porta do gabinete do outro.

**Christiane Jalles** - Uma conversa assim...

**Técio Lins** - Acho que isso acontece sempre. Acho que sim. Não era uma rotina, mas, sim, muitas vezes... “Estou com uma dúvida, estou com um negócio aqui, o que você acha?” Isso acontecia, muitas vezes. “Não sei que lá do seu estado, você conhece...? Isso aqui é do seu estado, estou pedindo e não estão respondendo.” “Está bom, vou ver e vou ligar lá para saber o que está acontecendo, vou te ajudar.” Enfim, isso acontecia. Acontecia. Não era uma coisa assim... toda hora, mas acontecia de perguntar ao outro: “Estou com essa dúvida. O que você acha?”. Ou às vezes alguém... algum assunto... “Como é que você...?” Porque eu tomava conhecimento, ia lá, se eu era o relator: “Como é que você está pensando em fazer isso? Já pensou? Você vai votar como?” “Estou pensando em dar.” “Estou pensando em não dar.” “Ainda não estudei.” “Porque acho isso, acho aquilo...” Enfim, isso podia acontecer. Não era uma coisa que acontecesse toda hora, mas podia acontecer, sem problema nenhum. Por quê? Porque a gente tinha... Eu repito: essa composição foi muito interessante, porque... O colegiado é sempre complicado, uma coisa colegiada, você tem divergências. São quinze cabeças. Mas conseguimos ter um entendimento civilizado, muitas vezes divergíamos pesado, mas não havia, sabe, inimizade. Ninguém ficou inimigo. Ninguém. Não tinha. Coisa que acontece nos tribunais colegiados: os caras não se falam. No Supremo Tribunal Federal é notório que tem ministro não fala com outro ministro, que não fala com outro ministro... É notório. E são onze. Lá, nós éramos quinze e, em dois anos, não aconteceu. Não tinha... Cada um a seu modo, cada um com o seu temperamento, mas não tinha essa coisa de... Não tivemos, felizmente. Foi uma composição muito tranquila. Terminou, divergimos muito, mas conseguimos manter... conseguimos o cavalheirismo, de vencido, mas não convencido, e a vida continuar. É da natureza do colegiado. Então, nesse sentido, acho que foi um privilégio. A nossa composição, eu diria... Porque já participei de muitos colegiados e sei como é difícil a vida de relação com muitas pessoas.

**Tânia Rangel** - Bom, Dr. Técio, só mais duas perguntas: uma é se o senhor, nesses dois anos que foi conselheiro no CNJ<sup>28</sup>, se o senhor participou de alguma comissão ali dentro e como foi esse trabalho. A outra é um pouco sobre a sua rotina. O senhor é advogado no Rio de Janeiro... É óbvio que, nesse período, não exercia a advocacia, mas o senhor chegou a se mudar para Brasília ou ia lá quando havia sessões? E se os outros conselheiros... se eles também se mudaram. Enfim, como foi isso?

**Técio Lins** - De comissão, de vez em quando, montavam as comissões, mas não tenho, na minha cabeça, nenhum registro da minha participação efetiva. Acho que... Tinha uma comissão lá que não funcionou... E costumo dizer que comissão... O camelo é um cavalo desenhado por uma comissão. [risos] Então, tenho um pouco de sabe... um pouco assim de trauma. Quando você não quer resolver, cria uma comissão. “Vamos criar uma comissão para resolver esse...” Aí, pronto... Em coisas colegiadas, já vi muito assim: você resolve o assunto... “Vamos criar uma comissão para...”. Pronto. Acabou. Quer dizer, eu não... Acho que cuidavam para... Enfim, me puseram em alguma comissão para algum assunto eventual que não me lembro mais, não me lembro exatamente, não foi nada significativo. Como havia algumas comissões que trabalhavam lá. Mas eu não. Eu me dediquei mais aos meus processos. Licenciado da advocacia, montei um apartamento em Brasília, montei um pequeno *flat*, um apartamento com todas as minhas coisas, quer dizer, roupa, computador e objetos pessoais, livros etc. Fiquei afastado da advocacia, portanto, não... Eu usava o escritório eventualmente, no Rio, para a infraestrutura, para secretaria, para fazer minhas coisas de pesquisa, e ficava, e ia a Brasília com muita frequência. Trabalhava lá. Eu não... Não é aquele negócio de mandar o assessor fazer, como eu vejo – já vi depois disso, lá –, de o sujeito chegar lá com... estar lendo o voto pela primeira vez, porque ele não viu... O assessor fez e ele está lendo na sessão. Se você pergunta, ele... como já vi, o sujeito... “Não, eu tiro de pauta”. Porque ele não sabe qual é a conclusão; ele está lendo pela primeira vez. Comigo não existia isso. Ao contrário, eu ficava em cima. Então, o assessor... Dizia ó, “Faz isso. É nesse sentido.” Mas eu era muito presente. E eu achava que tinha que atender às pessoas. Morando fora e indo lá só nas sessões era uma covardia, porque eu frustrava as partes de terem contato, como acho que as partes devem ter contato com o juiz. Há juízes que não recebem advogados. Na corte suprema há juízes que não recebem advogados. Alguns tribunais têm juízes que criam as maiores dificuldades, não gostam, têm horror de advogado. Eu, ao contrário, a Ordem... Nunca fechei a minha porta, um pouco copiando o Fernando [Soares] Lyra. A minha porta ficava aberta, a porta do meu gabinete. As duas portas ficavam abertas, sempre. Trabalhei todo o tempo com a porta aberta. De vez em quando,

---

<sup>28</sup> Conselho Nacional de Justiça.

ligava alguém... “O secretário do presidente do Tribunal tal quer saber... marcar uma hora, uma audiência com o conselheiro”. A ordem é que o conselheiro não marca hora; ele atende na hora em que a parte chegar. Se ele estiver em Brasília, ele atende na hora que... Vai só fazer fila para ser atendido. Se houver alguém sendo atendido, vai esperar, mas... Eu não marcava hora. Eu dizia: “Estou lá terça, quarta e quinta. Pode ir à hora que for que atendo”. Então, isso era um pouco também... que eu fazia também... Eu lhe confesso que era didático, era para dizer aos juízes que tem que ser assim, que o juiz tem que estar com a porta aberta, que tem que estar... para atender o advogado. Ali, não era bem só advogado, era a parte, porque é um órgão administrativo, então, vinha o presidente do Tribunal, vinha o tabelião, o interessado, o notário, o registrador, vinha a parte propriamente dita, que reclamou, vinham advogados com frequência, traziam o memorial, e eu, didaticamente, dizia: “A porta está aberta, atendo à hora que chegar”. E, por isso, procurava estar mais tempo em Brasília. Então, eu ia todas as semanas, ficava dois ou três dias, enfim, ficava terça, quarta e quinta, independente de você... para preparar a pauta, para manter o trabalho em dia, supervisionar o assessor. E, muitas vezes, ficava trabalhando em casa, em Brasília. Teve um voto imenso aqui que me deu muito trabalho e que eu fiz... Várias pessoas me ajudaram, mas eu fiz... Passei a noite toda trabalhando para construir o voto. Enfim, é um assunto... Está publicado. Passei a noite toda.

**Tânia Rangel** - É sobre...?

**Técio Lins** - É sobre a criação do cargo de... da auditoria de Brasília, que estava criada e precisava se criar um cargo de juiz auditor...

**Tânia Rangel** - Do Superior Tribunal Militar?

**Técio Lins** - ...do Superior Tribunal Militar. E o ministro Gilmar [Ferreira Mendes] era contra, porque ele era contra a criação de cargos. Ele era contra. Ideologicamente, ele era contra a criação, o aumento do número de juízes. Ele achava que a Justiça tinha que trabalhar com um número... Porque, se fosse na medida do aumento, se fosse criando cargo – era a posição dele –, não ia ter mais limite. Houve Tribunal com dois mil juízes, porque a demanda era sempre crescente. Então, tem que criar mecanismos para julgar com esse número. Quando aumentava um... “Ah! Está...” Ele era contra. E os órgãos técnicos todos faziam como o seu mestre mandava, ou seja, davam um parecer contra. Os órgãos técnicos... da desnecessidade. E eu, nesse caso, estava absolutamente convencido: era vital para a Justiça Militar. Porque o nosso empecilho, depende de lei. Passa pelo Conselho para o Conselho aprovar e vai para o Congresso para votar a criação de um cargo. Um.

Não era criar a auditoria, a auditoria estava criada, só que não tinha o cargo de juiz. Então precisava... Para criar a segunda auditoria da Justiça Militar em Brasília, porque só tem uma auditoria. Criar a segunda. E me convenci que era necessário e que era... Era um capricho, “não pode criar cargo”. Então, me empenhei na demonstração disso. A Justiça Militar me forneceu elementos e o voto longo, o Paulo Lôbo votou contra... Paulo Lôbo era relator. Eu pedi vista. Foi voto vista. E contra o presidente, que era o Gilmar, trabalhando contra, desesperadamente contra. Mas consegui convencer o Conselho, que criou o cargo. O Paulo Lôbo ficou vencido.

**Christiane Jalles** - Nesse ponto, o debate, no Conselho, é um espaço, ou foi, nesse momento, também de mudança de votos. Não necessariamente ia todo mundo para lá já com o convencimento formado. É isso?

**Técio Lins** - Não, absolutamente, não. Com certeza.

**Christiane Jalles** - Era espaço de debate.

**Técio Lins** - Espaço de debate permanente, debates acirrados. Não era voto de lista, como às vezes vemos nos tribunais, o sujeito... “Tenho aqui a lista. A lista número 30, com 200 processos, são todos votos...”. “Tem destaque?” “Não tem?” Então você vota sem... Não! Imagina! Não estou comparando, porque as coisas são diferentes. Não. Tudo, tudo tinha debate. Tudo tinha muito debate. As questões eram debatidas, as pessoas cediam, mudavam, ficavam vencidas. Acho que o raro dessa composição é que, embora o oito a seis – a corporação contra os não corporativos – seja uma constante, mas *n* vezes isso foi quebrado, *n* vezes o juiz cedia aqui, cedia acolá, *n* vezes. Enfim, é impossível dizer [quantas vezes]. Às vezes, o desembargador, o juiz começava a votar e a gente... Tenho um estilo mais, assim, barulhento, sou mais espontâneo, então... “Que absurdo! Isso é inaceitável!”. Eu fazia barulho, gritava, chamava a atenção e, muitas vezes... Quer dizer, não exatamente se ganha no grito, não é bem ganhar no grito mas, enfim, eu era mais...

**Christiane Jalles** - Se fazia ouvir.

**Técio Lins** - É. E, muitas vezes, divergindo do Joaquim [de Arruda Falcão Neto]. Muitas vezes, divergindo dos outros. Isso não quer dizer que esses seis votassem... Não. Porque tinha o Ministério Público, e a gente divergia muito do Ministério Público, também, muito, muito.



**Tânia Rangel** - Tinha algum conselheiro que tinha uma facilidade maior para agregar mais pessoas ao voto dele? Alguém do tipo: esse vai votar e, em geral, ele é voto vencido já... ele é o voto vencedor.

**Técio Lins** - Não. Votei, votei contra o Joaquim muitas vezes; votei muitas vezes contra os promotores, membros do Ministério Público, muitas vezes... Só para deixar claro, não era... O oito a seis é quase... é um emblema, é um marco, é uma demonstração dessa coisa de corporação, que tinha que equilibrar melhor, mas isso não era sempre assim. Quantas vezes eu divergia dos promotores! Muitas. Em matéria disciplinar, muitos são mais rigorosos. Umhas outras tantas vezes, do próprio Joaquim em si – algumas poucas vezes, muito poucas vezes, mas divergimos, porque ele tinha um...

**Tânia Rangel** - Nesse caso do STM<sup>29</sup>, o senhor contou da divergência com o Paulo Lôbo, que era o outro da advocacia. Além do STM...

**Técio Lins** - Eu divergi do Paulo Lôbo. Muitas vezes divergia do Paulo Lôbo e ele divergia de mim, muitas vezes, porque eram questões que não eram corporativas, ela via de um jeito e eu via de outro. Nesse... Ele era contra a criação desse cargo, e eu votei... Abri a divergência, e enfim, fiz muita força e consegui... e consegui vencer. Quer dizer, a posição foi majoritariamente aceita, apesar de o presidente ser contra e lutar contra. Mas o Conselho achou que era razoável. Havia, também... Uma vez, um negócio do Piauí, a criação de Varas do Trabalho no Piauí. O Piauí é um estado comprido, imenso. E o presidente do Tribunal do Trabalho era um homem muito simples, ele chegou lá, “doutor, é o seguinte...”. E aí mostrou, disse: “De uma Vara para outra tem 600 quilômetros. E nesse local aqui tem um polo industrial XYZ, tem problemas trabalhistas. O camarada tem que andar 600 quilômetros para reclamar, e não tem estrada, é chão, não tem condução. Tem que ter uma Vara do Trabalho aqui”. Caramba! Isso é tão óbvio. Eu disse: “Me traz um mapa”. Ele me trouxe o mapa. Era assustador. Eu olhava no mapa... “Mas tem que colocar algumas Varas aqui nesse lugar. Tem um polo industrial aqui.” E fui para a sessão, abri o mapa e disse: “Isso aqui não é o Marco [Antônio de Oliveira] Maciel; é o estado do Piauí. Ele é comprido, mas... Está aqui. Tem até uma foto. Isso é um absurdo! Não aceito. Não é possível que...”. E mostrei lá a distância: “São 600 quilômetros”. O Conselho se sensibilizou. “Não pode criar...!” Era uma posição política, ideológica, sistemática do presidente. Ficou vencida. Foram criadas as Varas lá. Não sei o que aconteceu, mas nós votamos criando as tais Varas. Porque era absolutamente justo. Não era para dar emprego, não era para criar... Não. Era para ajudar a Justiça a funcionar. Então,

---

<sup>29</sup> Superior Tribunal Militar.



era isso que eu votava... Eram essas questões que... um é a favor, outro vota... Mas é uma experiência... Quer dizer, em resumo, é o seguinte: o Conselho Nacional de Justiça é um órgão fundamental para a existência da Justiça e é fundamental que ele seja plural, é fundamental que ele seja composto com essa pluralidade de pessoas. Era preciso equilibrar um pouco mais a representação dos não juízes, eu acho, na minha experiência, equilibrar, porque essa diferença é muito grande, então, colocar mais gente de fora – da Justiça Militar não tem, ou os servidores, alguém dos serventuários, sei lá –, colocar mais gente que possa equilibrar essa coisa da corporação, para ser mais... para se aproximar do ideal do controle externo. Porque ele é um órgão do Poder Judiciário, ele é de controle interno, porque todos são membros da magistratura – e fui membro da magistratura durante esse período, com todas as prerrogativas da Lei Orgânica da Magistratura. E isso eu acho... É um órgão fundamental para a democracia, a experiência... Por mais que tenha, enfim, altos e... E vai ser assim, porque a vida é assim, vai ter baixo, vai ter alto, vai ter momentos de crises corporativas agudas, de febre corporativa, de doenças corporativas. Mas isso não invalida a ideia. Então, o órgão tem que ser prestigiado, e é fundamental para o Estado de Direito. E eu disse, nas minhas últimas palavras lá, quando me despedi, eu disse: “José Martí, que é o grande herói cubano da libertação do jugo espanhol, José Martí...”. Tem uma praça José Martí em Cuba. Não da Cuba de Fidel, mas a Cuba do revolucionário contra o jugo espanhol, contra a ditadura. Ele morou nos Estados Unidos muitos anos, e quando ele voltou para Cuba perguntaram a ele sobre os Estados Unidos e a resposta que ele deu, eu disse, “Sobre a Justiça, digo como José Martí dizia dos Estados Unidos, *‘conozco el monstruo por dentro, viví en sus entrañas’*.” E em espanhol fica muito mais dramático. Então, conheci o monstro por dentro. Me deu uma experiência formidável para a vida e para a advocacia, certamente. E ficar dois anos afastado foi um oxigênio. Fiz isso, na vida, umas tantas vezes: fui para a Secretaria de Justiça; o período do CONFEN<sup>30</sup>, eu fui... não ganhava nada, então, aquilo era uma aventura, era um delírio, um sonho, mas fiquei dois anos fora; depois fiquei três no Conselho de... depois, na Secretaria de Justiça; depois fiquei dois no CNJ. Então, são períodos, assim, que alternei, na minha vida, de oxigenação, saindo da advocacia e me dedicando a outras coisas, públicas e de interesse coletivo, que só me fizeram bem, para a vida, para tudo, para o coração e para a alma.

**Christiane Jalles** - Que ótimo! Estou satisfeita.

**Tânia Rangel** - Eu também.

**Christiane Jalles** - Muito obrigada.

---

<sup>30</sup> Conselho Federal de Entorpecentes.

**Tânia Rangel** - Muito obrigada, Dr. Tício.

**Tício Lins** - Eu que agradeço.